

1 Ata da Reunião Plenária Ordinária de Nº314 do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 08 de Novembro
2 de 2023, às 19h30 no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos seguintes membros: no Segmento
3 Gestores Srs. (as) Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e Elizabeth Fernandes Penha – Titular –
4 SEMUS; Segmento de Prestadores, Sras. Heloísa Toledo Volpato – Titular – Irmandade Santa Casa e Tânia
5 Cristina Miquelin Carniceli – Suplente – Irmandade Santa Casa; Segmento de Trabalhadores, Eucir Antônio
6 Zanatta – Titular – SindSaúde, Renata Aparecida Candido da Silva – Titular – COREN, Sérgio Donizete
7 Azevedo – Titular – SISPAMAS e Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SINDMED Londrina;
8 Segmento de Usuários, Srs (as) Antonio Martins dos Santos – Titular – ONG Olho D’ Água e Salvador
9 Carvalho dos Santos – Suplente – ONG Olho D’ Água, Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA, Gerson
10 Pizzo – Suplente – APDA, Alzira Maria da Silva Rocha - Titular - Pastoral da Saúde, Marcos Antonio de Oliveira
11 – Titular – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Durvalino de Almeida Filho – Titular – Pastoral da Criança,
12 Iyálòrisá Joilda Pereira de Jesus - Titular - Entidade Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSUN ALÁKÉTU;
13 Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA, contando com a presença dos convidados Srs. Juliano Beraldi –
14 Secretário Municipal de Finanças, Valter Bueno de Lima Junior – Tesoureiro Municipal e Juraci Leandro Junior
15 – Gerente da UPA. Após a verificação da obtenção de quórum feita pelo Presidente Zanatta, contabilizando a
16 presença de 13 Membros Titulares do Conselho, no início da reunião o Presidente Zanatta enseja boa noite a
17 todos, informando que conforme a Pauta encaminhada a todos, não haverá a aprovação da Ata Nº313 nesta
18 data, fazendo lembrança que todos sabem que a Secretária Executiva está licenciada, porém a mesma
19 realizou a Ata sendo apenas possível entregar a mesma na data de hoje, não havendo tempo de ser feito a
20 releitura e as correções que fossem necessárias, afirmando que será encaminhada oportunamente para ser
21 aprovada na próxima reunião Plenária que será de Nº315. Faz referência ao **2º Ponto _ Informes - Item 1 –**
22 **Resolução Nº017/2023 - Aprovação Ad Referendum para a execução dos processos de aquisição de:**
23 **Transporte Sanitário, Kits de Equipamentos para UBS e Reforma de Unidade de Atenção Básica e Centro**
24 **Integrado de Saúde da Mulher, atendendo as Resoluções SESA Nº1431/2023; Nº1432/2023 e Nº1433/2023;**
25 **cita 2º Ponto – Discussão do Estudo Preliminar e votação para abertura de Edital de Chamamento público**
26 **para concurso de Projeto de Seleção de Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como**
27 **Organização Social de Saúde - OSS, que tenha manifestado interesse em celebrar Contrato de Gestão com**
28 **vistas à formação de parceria para fomento e execução de atividades na área de saúde, em especial, o**
29 **gerenciamento da UPA, (CNES 7317719), Rua Tico-tico Rei s/n J. Caravelle, em estreita cooperação com a**
30 **Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos do SUS; cita 3º Ponto – Aprovação do Termo de Convênio**
31 **com a Santa Casa para os meses de novembro e dezembro/2023, visando a não descontinuidade dos**
32 **serviços prestados pela Instituição Hospitalar; 4º Ponto – Aprovação de Termo de Convênio com a Santa Casa**
33 **com vigência de janeiro a junho de 2024; dessa forma sugere para inverterem os pontos, colocando a**
34 **aprovação do Termo de Convênio da Santa Casa, acreditando que seja mais ágil, se comparado a discussão**
35 **da Terceirização do 24 hrs. Informa sobre a Resolução Nº017/2023, o qual a mesma já foi publicada no Diário**
36 **Oficial do Município, fazendo a leitura do conteúdo, que está disponível nos arquivos do CMS, comentando**
37 **ainda que tem as Portarias e as Resoluções do Estado que são direcionadas ao Município, menciona que**
38 **referente a Resolução Nº1431/2023, tem R\$100.000,00 (cem mil reais) para kits de equipamentos a UBS,**
39 **Protocolo 21.036.144-8, R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para kits de equipamento de UBS,**
40 **seguindo cada Protocolo 21.045.989-8, 21.033.875-6, 21.033.889-6 e 21.033.896-9; cita sobre a Resolução**
41 **Nº1432/2023, tem a ordem de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) para o transporte sanitário,**
42 **tipo micro-ônibus, conforme o Protocolo 21.033.967-1 e R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) para o**
43 **transporte sanitário, tipo van, através do Protocolo 21.033.907-8; cita sobre a Resolução Nº1433/2023, no**
44 **valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo para a reforma da Unidade Básica de Saúde San Rafael e**
45 **mesmo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a reforma do CISAM – Centro Integrado de Saúde da**
46 **Mulher, solicitando portanto a abertura de alguma discussão e a aprovação por parte do Plenário do Conselho.**
47 **O Conselheiro Alecsandro pergunta sobre as reformas, se a Unidade do San Rafael não é uma das mais**
48 **novas, tendo como resposta pelo Secretário de Saúde Moacir que é de 2019 e que já estão precisando e é**
49 **uma das Unidades que mais tem infiltrações. O Conselheiro Alecsandro sugere de talvez o Conselho se**
50 **apropriar com a Comissão citando do Presidente que conhece bem essa parte, o Sérgio Azevedo que é da**
51 **Vigilância, frisando que essas obras têm que ser melhores fiscalizadas. O Presidente Zanatta questiona ao**
52 **Conselheiro Alecsandro das obras, em qual a instrução que este diz, tendo como resposta que é da reforma**
53 **desse porte, sendo pontuado pelo Conselheiro Sérgio Azevedo que o certo é entrar em contato com a**
54 **construtora, pois 05 anos depois de construído está vim e refazer os danos causados e não o Município pagar**
55 **uma coisa que não tem 05 anos ainda, que este é o prazo que as construtoras dão, mencionando que então**
56 **foi feito um serviço de 3ª ou 5ª qualidade porque precisará da reforma, que então tem que entrar em contato**
57 **com quem fez o serviço e com quem ganhou a licitação e perguntar o que fizeram. O Conselheiro Sérgio**

58 Azevedo relata que assim o que aconteceu com este quando assumiu a Vigilância Sanitária em 2006 e a
59 construtora teve que ir lá e refazer, mencionando que deixar quieto com dinheiro público não é assim,
60 afirmando que o Conselheiro Alecsandro está certo nessa colocação, pois está tendo a liberação em um
61 negócio que foi feito há 03 anos. O Secretário de Saúde Moacir faz lembrança que a questão das publicações
62 das resoluções, quem sinaliza a necessidade são estes da área técnica da própria Secretaria de Saúde, que a
63 resolução não está amarrada se a reforma é para uma Unidade ou outra, sendo citado pelo Presidente Zanatta
64 que quem elenca é o Município, que a qualquer tempo antes de ser feito qualquer divulgação para fazer essas
65 questões podem ser alteradas, mencionando que estes da área técnica a principal dificuldade encontrada, é
66 como aconteceu nos últimos dias que praticamente alagou a UBS, que é um problema estrutural na parte de
67 telhado, calhas, sendo problemas mais crônicos. O Conselheiro Durvalino comenta que as vezes é só uma
68 sujeira na calha e faz isso, tendo a pontuação do Secretário de Saúde Moacir que ali é um pouco mais sério e
69 que inclusive o Secretário de Obras, Sr. Fernando foi na semana passada, tendo se demonstrado bastante
70 proativo nessas questões, o que antes tinham algumas dificuldades, que este então tem dado retorno
71 pessoalmente inclusive, esclarecendo que nessa questão a qualquer tempo pode ser alterada, sendo o
72 entendimento do Plenário, comentando que a decisão técnica sempre verificarão qual é a pior Unidade. O
73 Secretário de Saúde comenta como foi discutida a construção do Alto do Boa Vista, frisando que é uma das
74 Unidades mais críticas, ao que o Presidente Zanatta questiona do recurso, se já está destinado, se já foi feito o
75 plano de trabalho, tendo como resposta que não, que a Resolução é uma sinalização que esse recurso virá
76 para realizar a obra, que sempre quando encaminham um ofício para o Deputado e nessas articulações,
77 sendo apenas dois protocolos que não teve articulação com o Deputado Pedro Bazana, esclarecendo que na
78 justificativa precisam colocar para quê precisam da reforma, ressaltando que isso não está amarrado na
79 Resolução do Estado. O Presidente Zanatta questiona ao Secretário de Saúde Moacir se este poderia tirar o
80 recurso dessa ordem e colocar em várias outras, tendo como resposta que não, mas em uma única, ao que o
81 Presidente Zanatta comenta que este tem o problema acaba de citar, de infiltrações por muita chuva, mas que
82 é em cinco ou seis locais. O Secretário de Saúde Moacir comenta que ela pode ser alterada a qualquer tempo,
83 e que lá continuará desse jeito, que está pensando na resposta que dará para a população, mas que a
84 questão que o Conselheiro Sérgio colocou tem que ser levado em consideração sem dúvidas. O Conselheiro
85 Alecsandro expõe que se está dentro do prazo que o Conselheiro Sérgio Azevedo colocou, de repente do
86 Conselho sugerir de anunciar ao Jurídico para ser revisado o contrato dessa obra, da licitação, pedindo para
87 imaginarem que a Santa Casa está em obras e está crescendo e de daqui há 04 anos chega o pedido de
88 reforma, afirmando que isso já aconteceu. O Presidente Zanatta reportando-se para o Conselheiro Sérgio
89 Azevedo cometa que a questão do reparo tem que ser contratual, sendo pontuado também pelo Secretário de
90 Saúde Moacir de oficializarem a Secretaria de Obras para poderem dar um retorno e trazerem para o
91 Conselho, ao que o Presidente Zanatta indaga se o mesmo tem tempo hábil, pois a proposta seria de
92 aprovarem a Resolução, deixando amarrado a questão do recurso do San Rafael, dentro da possibilidade de
93 eventualmente a Prefeitura, o Executivo novamente elencar uma outra Unidade, apesar de irem no San Rafael
94 e verem o que está sendo colocado, mencionado que primeiro vem a questão contratual do reparo se o
95 Conselheiro Sérgio Azevedo estiver correto na questão dos 05 anos, segundo de elencarem o que o
96 Conselheiro Alecsandro falou, mas se é uma obra que está primordialmente necessitando, pois é de 2019,
97 porque aí só a Secretaria e não estes do Conselho de visitar as Unidades e elencar qual seria a mais
98 necessária, sendo então o próprio Executivo, a própria Secretaria fazê-lo, questionando se pode fazê-lo então.
99 O Conselheiro Alecsandro diz se a área técnica correta, que não “levantou lebre” no sentido se deve ser esta
100 ou aquela, mas o que chamou a sua atenção é que os fogos da inauguração dessa obra ainda estão
101 estourando, ainda tem fumaça e já está vindo para reforma. A Conselheira Íyálòrísá Joilda diz que como
102 representante da Zona Sul luta desde 2016 pela Unidade Básica de Saúde São Bento, que seria o Alto da Boa
103 Vista, que caminha com a Secretaria Municipal de Saúde desde quando a Conselheira Márcia ainda era
104 Secretária Municipal de Saúde, com a relação de todas as depreciações e necessidades dessa Unidade
105 Básica de Saúde e até agora a nova Unidade não aconteceu, afirmando que a comunidade cobra isso destes,
106 que são liderança da comunidade, frisando que foi exatamente na 12ª Conferência Municipal de Saúde, que
107 foi em 2019 que essa obra do San Rafael foi inaugurada, um prédio novo, enquanto que a Zona Sul que tem
108 uma comunidade extensa, ressaltando que não que o San Rafael não seja, mas que vê a questão de colocar
109 no aspecto da prioridade daquilo que já está há muito tempo na fila. Menciona que o próprio SUS mostra que
110 não existe uma equidade até na questão da estrutura física das Unidades Básicas de Saúde, das quais
111 necessitam. O Presidente Zanatta expõe que estiveram recentemente naquela Unidade, citada pela
112 Conselheira Íyálòrísá Joilda e realmente visualizam que ela é pequena, apertada. O Secretário de Saúde e
113 Secretário de Saúde Moacir diz antes não tinha nenhuma Unidade de Saúde na Zona Sul, que caso não esteja
114 enganado foi em 2012 foi inaugurado um prédio totalmente adaptado para poder ter alguma Unidade lá, que
115 foi no último ano da gestão do Beto, caso também não esteja enganado e que porém não dá para abrir mão ou

116 comparar com a demanda que tem no San Rafael, porque é a área mais populosa, tendo quase 30 mil
117 habitantes que estava em uma casa alugada de praticamente meia data, assim como no Alto da Boa Vista não
118 tinha, no San Rafael a estrutura era precária tanto quanto, comentando que essa questão acabou sendo
119 levada em consideração em 2019 por fazer e mesmo com essa Unidade lá, já cabe mais uma inclusive, pois
120 depois vieram o San Rafael IV, V e VI, crescendo muito aquela região, salientando que também fala com muita
121 tranquilidade que a UBS do Alto da Boa Vista está caminhando, o processo, os trâmites estão acontecendo, já
122 foi feito a análise técnica da Secretaria Estadual de Saúde, acreditando que nos próximos meses terão
123 aprovação para que possam licitar, afirmando que não conseguem licitar sem essa aprovação final da SESA,
124 citando que fizeram a diligência e o processo voltou para estes, para ver a viabilidade técnica, frisando que faz
125 parte de todo o processo para construção de Unidade e que se tudo der certo as 03 serão licitadas juntos, mas
126 se não for, dessas 03 o Alto da Boa Vista continua sendo prioridade, reafirmando que está andando com o
127 processo do terreno, matrícula, sendo mais rápido do que o Campinho, que demorou um pouco mais. O
128 Secretário de Saúde Moacir comenta que concluir a Gestão com a UBS inaugurada não podem afirmar,
129 justificando que dependem de obra, muitas vezes sabendo quando começa, mas não quando termina, citando
130 como exemplo o CAPS Infantil, sendo desde agosto do ano passado que estavam aguardando a contrapartida
131 do Governo Federal de R\$ 1.480.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta mil reais), salientando que o que
132 foi feito é com recurso próprio, sendo quase R\$ 1,5 milhões, do Município, citando que apenas em 31 de
133 outubro que chegou a nova parcela de R\$ 1.480. 000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta mil reais) e que
134 agora estes tem a perspectiva que no 1º semestre do ano que vem possam inaugurar o CAPS Infantil.
135 Comenta que a questão da Atenção Básica continua sendo prioridade no Município, quando visualizam esses
136 recursos sendo investidos, mencionando que ajuda muito saírem de uma resolução de R\$650 mil reais e irem
137 para uma resolução de R\$ 1 milhão de reais, relatando que a última Unidade que foi inaugurada no Ulisses
138 foram R\$ 650 mil do Estado e o resto todo do Município, frisando que não tem condições de tocaram 03 obras
139 com uma contrapartida de mais de R\$ 600 mil reais cada uma, que se der a mesma média, sendo que o m²
140 tem sempre alteração de um ano para outro, mas que o valor de contrapartida será muito menor, sendo
141 praticamente a metade de contrapartida que tiveram da UBS Ulisses. A Conselheira Iylòrísá Joilda diz que
142 reforçando a Zona Sul cresceu muito desde 2012 e a Unidade Básica de Saúde São Bento acabou tendo que
143 abraçar vários bairros novos, frisando que hoje o último número que tem é de 4. 685 famílias atendidos pela
144 Unidade Básica de Saúde São Bento e que agora que melhorou com muita luta conseguiram uma nova ACS –
145 Agente Comunitário de Saúde, para cobrir a ausência de duas e que da estrutura só foi dado uma chapiscada,
146 algumas coisas com divisões, que então para o tanto de novas famílias que passaram a ser acolhidas nessa
147 Unidade Básica de Saúde e que desde 2012 ela vem suprimindo junto com o Palmares a demanda do
148 crescimento da Zona Sul, afirmando que tem que ser dado um olhar para essa população também, não
149 direcionando só em bairro, sendo que deixa a sua fala na defesa da Zona Sul. O Secretário de Saúde Moacir
150 diz que um exemplo é a inauguração da UBS nova do Palmares que realizaram há pouco tempo, afirmando
151 que é um exemplo clássico que a Zona Sul está tendo a devida atenção, assim como a Cidade como um todo,
152 assim como o Ulisses teve em 2016 que teve a chuva e que precisaram ir para Unidade alugada e agora que
153 conseguiram concluir essa nova UBS, como do Primavera que antes era todo para o Guadalupe e agora tem
154 uma UBS nova no Primavera, o qual foram diversas regiões que foram inseridas nesse contexto. O Presidente
155 Zanatta questiona ao Plenário se podem dar por aprovada a Resolução N°017/2023, ainda como levantado
156 com a verificação da tese do Conselheiro Sérgio Azevedo, de reavaliar a necessidade junto a Secretaria de
157 Obras e não havendo posicionamento contrário a mesma foi considerada aprovada por unanimidade. Cita o 2º
158 **Ponto** – Discussão do Estudo Preliminar e votação para abertura de Edital de Chamamento público para
159 concurso de Projeto de Seleção de Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como
160 Organização Social de Saúde - OSS, que tenha manifestado interesse em celebrar Contrato de Gestão com
161 vistas à formação de parceria para fomento e execução de atividades na área de saúde, em especial, o
162 gerenciamento da UPA, (CNES 7317719), Rua Tico-tico Rei s/n J. Caravelle, em estreita cooperação com a
163 Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos do SUS. O Conselheiro Sérgio Azevedo diz que antes de
164 iniciar o próximo ponto de Pauta, na última reunião foi colocado pela Conselheira Heloísa a respeito da
165 representatividade do Conselheiro Alecsandro e que depois ele mandou documentos comprovando de Pessoa
166 Física, ao que o Presidente Zanatta pergunta ao Conselheiro Alecsandro para quem este mandou, tendo como
167 resposta que mandou no grupo do Conselho, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta que este tem que
168 encaminhar formalmente e que faz lembrar que não foi encaminhado essa demanda ao Jurídico ainda. O
169 Conselheiro Sérgio Azevedo retoma a fala e diz direcionando-se ao Presidente Zanatta que questão de justiça,
170 e ser justo faz parte do caráter e do ser, que no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, a qual
171 teve algumas alterações e depois ficou dessa forma, em seu Art.8º “Não poderão ser indicadas para
172 representar o seguimento dos profissionais de saúde, pessoas proprietárias ou diretoras de empresas,
173 instituições e órgãos gestores ou prestadores de serviço do SUS”; expondo que então nesse caso Conselheiro

174 Zanatta que Preside o Conselho hoje estaria de Gestor e não Trabalhador da área da Saúde, salientando que
175 precisava rever isso, porque o documento que este tem em mãos o mesmo hoje faz parte do Fundo Municipal
176 da Saúde, com direção técnica, uma função que é dada para o servidor do Estado, ressaltando novamente
177 que precisam rever essa questão do Conselheiro para ver da possibilidade se pode continuar ou não, sendo
178 questão de justiça, não sendo questão pessoal com ninguém. O Presidente Zanatta questiona ao Conselheiro
179 Sérgio Azevedo se é Art.8º, com afirmação do mesmo, o Presidente também pergunta se o Conselheiro Sérgio
180 Azevedo tem algum documento, uma questão fora essa. Na ocasião o Secretário de Saúde Moacir pede para
181 fazer uma observação que nessa discussão, na reunião passada foi falado e pactuado que as duas demandas
182 seriam submetidas ao Jurídico do Município, os dois questionamentos, sendo que o Presidente Zanatta
183 explicou no começo da reunião que infelizmente não estão com a Ata em mãos e assim que receberem esta
184 assinada, aprovada, será submetida ao Jurídico e as duas questões serão tratadas de alguma forma. O
185 Conselheiro Sérgio Azevedo responde dizendo, então tá que só fez essa colocação porque na própria Ata
186 passada disse que traria em mãos, mas já está registrado, então tudo bem, afirmando que é só por uma
187 questão de registro. O Secretário de Saúde Moacir afirma que estão apenas aguardando a Ata para fazer
188 esses dois questionamentos ao Jurídico e se alguém tem alguma coisa para complementar do que foi falado
189 também. O Conselheiro Antonio Martins comenta que além dessas duas falas tem mais falas para ser
190 discutidas, frisando que é melhor esperar na próxima reunião com a Ata em mãos, pois discutirão a Ata inteira.
191 O Presidente Zanatta reportando-se para o Conselheiro Sérgio expõe que tem uma função técnica e não uma
192 gerência como o mesmo diz, tendo a pontuação do Conselheiro Sérgio que é a GFD, ao que o Presidente
193 Zanatta afirma que irão ver. Com a retomada de Pauta, o Presidente Zanatta direciona-se para o Secretário de
194 Saúde Moacir e diz para este colocar a fala em relação ao Termo de Fomento da Santa Casa, o qual está a
195 disposição para este, sendo portanto citado o **3º Ponto de Pauta** – Aprovação do Termo de Convênio com a
196 Santa Casa para os meses de novembro e dezembro/2023, visando a não descontinuidade dos serviços
197 prestados pela Instituição Hospitalar; sobre esse assunto comenta que é de conhecimento de todos o Termo
198 de Fomento que hoje o Município possui com a Entidade Irmandade Santa Casa e que da o suporte da Rede
199 Materno Infantil do Município, onde o vínculo de todo o Termo de Fomento está com objetivo de dar o suporte
200 nos plantões nas áreas de pediatria, obstetrícia e anestesiologia, 24 horas por dia, 30 dias no mês, durante
201 todo o ano, afirmando que esse Termo de Fomento é periodicamente renovado e no começo do ano o Termo
202 de Convênio foi feito com a pactuação até outubro desse ano de 2023, frisando que no início do ano já tinha a
203 discussão da possibilidade de vir recurso do Governo Federal, no valor de R\$910 mil reais, para a Santa Casa,
204 ajudando estes então a desonerar o Município e continuando da mesma forma dando esse respaldo dentro
205 dessa necessidade financeira que a Santa Casa tem. Relata que tiveram o repasse do Governo Federal
206 conforme o próprio Prefeito conseguiu articular e esse repasse pelo fato de não serem Gestão Plena, acontece
207 para o Fundo Estadual de Saúde, estando então nos últimos 03 meses discutindo com o Governo do Estado
208 para que esse repasse ocorra de uma forma imediata, sendo que a última informação que tiveram há mais de
209 30 dias é que esse processo, não sendo apenas o único Município, mas outros também pleitearam, que esse
210 processo estava na Procuradoria Geral do Estado – PGE, onde estavam se discutindo a possibilidade de se
211 realizar uma minuta específica, para formatar um convênio, para então repassar, frisando que tecnicamente
212 discordam desse posicionamento do Estado, mas não cabem a estes esse mérito de julgar se está certo ou
213 errado. Expõe que esse recurso desde o início foi contemplado para a Santa Casa, pois na proposta está o
214 número, para onde vai, qual a finalidade, comunicando que esse recurso não veio direto para o Município por
215 unicamente pelo fato de não serem Gestão Plena, sendo então que são Gestão Estadual e todos os recursos
216 quer seja para a Santa Casa ou para HONPAR, passam primeiro pelo Fundo Estadual de Saúde, explicando
217 que não tem o porquê, sabendo da Saúde como um todo e os hospitais filantrópicos não é diferente, ter feito
218 toda essa burocracia que acabou prejudicando a estes. O Secretário de Saúde Moacir menciona que foi
219 comentado na reunião passada que isso poderia acontecer, que então chegaram agora em novembro com o
220 Termo de Fomento da Santa Casa que já encerrou em outubro e que dia após dia, é um dia a menos que a
221 Santa Casa tem recurso, afirmando não saber como ficará o final desse mês, caso haja, ou quando haverá
222 essa possibilidade do repasse. Informa que estão trazendo um novo Plano de Trabalho, porque não é
223 prorrogação, que foi encerrado aquele e que prestarão conta, sendo a vigência dele até o final de outubro,
224 para que contemple os meses de novembro e dezembro. Expõe que para 2024, sendo um novo orçamento e
225 por orientação da Secretaria de Finanças em conversa com o Secretário Juliano e com o Tesoureiro Valter,
226 terão que fazer um que feche dezembro e outro para pegar o orçamento de 2024, para não correr o risco de
227 ter atrasos nos repasses no próximo ano de 2024, comentando que em média, tendo meses de 30 dias e
228 outros de 31 dias e fevereiro 28, era variável de R\$ 237.600,00 e R\$ 245.520,00, afirmando que há uma
229 pequena discrepância entre os valores dos plantões, sendo um objeto de crítica dos anestesiológicos que lá
230 estão, porque esse valores estão equiparados ao pagamento da especialidade de Arapongas, no valor de R\$
231 115,00 a pediatria e a obstetrícia e a anestesiologista o valor ficou um pouco menor, afirmando que estão

232 pleiteando para que no novo Termo de Fomento haja essa equiparação, porque todas as especialidades são
233 24 horas por dia, 30 dias e em tempo integral, sendo essa única modificação, o qual o objeto é o mesmo, a
234 finalidade a mesma, ressaltando que caso dê certo, não conseguindo afirmar se será publicado daqui a 04 ou
235 05 dias, tendo um rito que precisam obedecer entre a publicação, o tempo entre a publicação e o firmamento
236 do Termo de Fomento. Menciona que uma coisa é certa, o repasse só acontecerá a partir do dia que o Termo
237 de Fomento for assinado, que então estes tem essa preocupação que os Termos sejam realizados com a
238 maior celeridade possível, porém ainda tinham expectativa de ainda no começo do ano ter alguma notícia
239 positiva, o qual o Prefeito Sérgio chegou a ir para Curitiba discutindo, mas que infelizmente voltou sem uma
240 posição definida do Governo do Estado e se obrigaram a estar fazendo esse aporte de praticamente mais dois
241 meses, com a situação que já é crítica, salientando que também não podem abrir mão de uma coisa que no
242 entender destes é essencial para o Município que é a Rede Materno Infantil, que é o suporte que estão dando
243 para as gestantes. O Secretário de Saúde Moacir apresenta em tela ao Plenário o Plano de Trabalho da Santa
244 Casa, para que possam ver os respectivos valores. O Presidente Zanatta comenta que do material que está a
245 disposição do Secretário Moacir, a Conselheira Heloísa havia encaminhado o Termo de convênio 2021 e o
246 termo de Convênio 2023. O Secretário de Saúde Moacir comenta sobre o documento de 2023, dizendo que
247 em suma o valor daria R\$ 71.760, 00 por especialidade, o qual está dividido parcialmente o mês de novembro
248 e dezembro total, dando então o valor de R\$ 430.560,00, com gasto semanal de R\$19.320,00, gasto mensal
249 teve a diferença porque novembro foi considerado 21 dias, caso seja publicado após o dia 10, pois tiveram
250 final de semana e feriado, o qual todos sabem que esses prazos dos dias úteis tem que ser respeitados,
251 frisando que dezembro foi considerado os 31 dias, dando o valor total já citado. O Secretário de Saúde Moacir
252 ressalta ainda que essa consulta já fez com o Sr. Valter e com o Sr. Juliano, pois há uma intenção clara de
253 terem discussões inclusive no Conselho, de ano que vem o valor do plantão do Município na área de
254 especialidades suba, citando como exemplo de ir para R\$ 120/hora, tendo então essa possibilidade desde que
255 passe pelo Conselho também de ter esse valor equiparado das especialidades do Município com as
256 especialidades do Termo de Fomento, para que tenham valores compatíveis com a realidade que está sendo
257 praticada, que não haja discrepância ou privilégio entre uma especialidade e outra, questionando portanto se
258 alguém gostaria de fazer uma colocação. A Conselheira Heloísa complementa que essa questão do aumento é
259 de valores de plantão, sendo um questionamento das especialidades, tendo já dificuldades de pediatras no
260 mercado, porque os outros hospitais já se paga muito mais, se paga mais que R\$ 115,00, sendo bem crítico a
261 questão de ter novos pediatras no hospital, sendo que os obstetras alguns já estão saindo da escala porque
262 tem novas oportunidades nas regiões vizinhas pagariam melhor e muito bem, frisando ser uma coisa que há
263 de ser discutida no próximo ano . O Secretário de Saúde Moacir expõe que não foi colocado esse ponto de
264 pauta de aumento de todas as especialidades esse ano, devido a uma questão orçamentária e financeira que
265 estão passando, que a meta é que se este, fosse uma continuidade daquele, mas com esse cuidado de ter
266 essa equiparação no caso da especialidade da anesthesiologia. O Conselheiro Alecsandro comenta que fará
267 um reforço no que a Conselheira Heloísa acabou de colocar que quando se faz a cobertura da obstetrícia está
268 se falando que um médico não se opera sozinho, pois se tiver que fazer cirurgia será dois médicos, que é uma
269 inadequação que precisa ser corrigida, sendo que é uma Cidade com 130 mil habitantes e não pode oferecer
270 um serviço para uma demanda capenga, pois terá que ter um anestesista na sala, frisando que já são dois
271 cirurgiões, que inclusive o termo, a folha de prescrição cirúrgica coloca operador principal e um primeiro
272 auxiliar, sendo que é regulamentado isso que o primeiro auxiliar tem que ser um outro médico, destacando
273 então que isso tem que ser verificado, de que maneira que isso está acontecendo, se isso de repente não gera
274 uma demanda extraordinária, igual já teve no passado muita demanda judicial, por insatisfação de parturientes
275 com resultado do atendimento. Comentando que quando fizerem um novo planejamento do Termo de Fomento
276 precisam levar isso em consideração, afirmando que os profissionais existem, colocando que a Conselheira
277 Heloísa faz uma colocação que pelo valor que está abaixo do mercado e que tem lugar que paga mais que
278 isso para o pediatra, mas tem que ser levado em consideração que esse valor é um Fomento para aqueles
279 médicos que lá estão, para cobrir o plantão deles que também é feito em atendimentos convênios e
280 particulares, afirmando que a crítica é geral e que está sendo discutindo no Sindicato também, que a
281 Instituição não está repassando os honorários de convênio aos profissionais, que é por isso que tem
282 profissionais se desligando da Instituição. Ao que a Conselheira Heloísa expõe que isso não procede. O
283 Conselheiro Alecsandro afirma que falando com o Dr. Jeová, hoje pela manhã, que por exemplo os honorários
284 da Unimed não são repassados, sendo pontuado pela Conselheira Heloísa que é mentirosa essa fala. O
285 Conselheiro Alecsandro cita que cada um tem a sua verdade, que está repassando a fala que aconteceu lá, e
286 como já trabalhou na Instituição e passou pela mesma situação, é uma demanda que merece cuidado, que
287 então tem que ver, pois estes estão aprovando um convênio para atender o atendimento do SUS, que não
288 estão aprovando custeio e não estão enfeitando a sala, colocando abajur, vasos no canto para atender com
289 conforto, Unimed, PAM, Evangélico, Bradesco, sendo que essas instituições tem que ter suas contrapartidas e

290 o Prestador tem que buscar, comentando que se é o único Prestador Materno Infantil da Cidade, de então
291 sentarem com o convênio e este também pagar com taxa fixa, agora que o honorário devido ao médico que a
292 Conselheira acabou de falar que é uma fala mentirosa, tem que chegar no médico, o repasse do SUS a
293 exemplo do que acontece no outro hospital é pago o plantão médico igual o valor da Santa Casa e os
294 repasses do valor da AIH, do honorário médico não podem ser apropriados para o hospital, afirmando que isso
295 a categoria não abre mão, pois o recurso tem que chegar, que estavam recebendo até alguns dias R\$ 100
296 reais a anestesia, para atender Materno Infantil, as demais demandas tem que ser complementadas com
297 quem está tomando o serviço, fazendo lembrança que o hospital tem comando da Regional, estando no
298 Fomento inclusive, destacando ainda que o hospital está na 16ª Regional, que então esse interesses do
299 porquê que Arapongas sozinha está custeando o SUS, colocando que o SUS não, mas que Arapongas
300 sozinha está custeando o SUS, que muitas vezes as vagas são erradas. O Conselheiro Alecsandro segue
301 comentando que o Sr. Juraci está aqui e que várias vezes tem que pedir via SAMU, para encaminhar uma
302 criança para a Santa Casa, porque é vedado o pedido médico, que então o encaminhamento do PAI muitas
303 vezes é barrado, frisando que tem que verificar se esses plantões são efetivamente presenciais, porque muitas
304 vezes estes tem que sair ligando atrás de profissional para localizar onde está, porque na Santa Casa não é
305 localizado, salientando que isso já aconteceu mais de umas três vezes. A Conselheira Heloísa expõe que o
306 pediatra não fica o tempo inteiro em pronto socorro, que as vezes está no centro cirúrgico, ao que o
307 Conselheiro Alecsandro diz até parece que o hospital faz 500 cirurgias por dia, tendo como resposta o
308 questionamento da Conselheira Heloísa se este está lá dentro para fiscalizar, que este não sabe o que está
309 falando, ao que o Conselheiro Alecsandro expõe que esta fala de um jeito que nascem 1.500 crianças na
310 Cidade por mês, frisando que não precisa estar lá dentro, mas que basta ver os números, sendo uma questão
311 de matemática básica. O Presidente Zanatta diz que uma parte o Conselho tem que se apropriar da
312 informação que nesse contexto que está sendo falado, pois tem o Município de Sabáudia que
313 proporcionalmente tem que entrar com parcela proporcional aos nascimentos com a população, já que são a
314 referência para eles na Rede Mãe Paranaense, afirmando que se Arapongas tem uma parcela, Sabáudia
315 também tem que ter uma parcela, que já falaram isso uma vez, que então nesse sentido o Conselho tem que
316 se apropriar e lançar mão para o Município de Sabáudia, sendo que é uma questão que o hospital é
317 preponderante, não é o Conselho, porque ele é o Prestador, não existindo arranjo entre Araponga e Sabáudia,
318 não podendo existir diante do Prestador do qual Arapongas tem recurso, para manutenção do sistema de
319 Atenção, que então proporcionalmente é outra Comarca é outro Município, que tem que entrar com a
320 participação correspondente. O Secretário Moacir comenta que até deveria, mas que lembra que na época o
321 saudoso Sr. Durval estavam com estes, onde tiveram uma reunião muito dura na 16ª Regional, a respeito do
322 Termo de Fomento destes, que mesmo que o recurso estivesse e continua saindo diretamente do caixa
323 destes, se dependesse do Estado a Santa Casa já teria fechado em plena Pandemia, mencionando que só
324 queriam que o Estado na época apoiasse estes, pois tiveram o apoio do Ministério Público em discussões,
325 onde foi com base em interpretações do próprio CAOP Saúde, onde deram a estes respaldo para que
326 houvesse uma pactuação Municipal, porque se quer a pactuação Regional houve, justificando que a própria
327 Regional de Saúde não permitiu a estes que colocasse isso em Pauta e não chamou isso de pactuação, que
328 houvesse uma informação em comunicado, afirmando que isso não foi pactuado sendo que o recurso é
329 exclusivamente destes. O Secretário de Saúde Moacir menciona que sabem que o repasse do Governo do
330 Estado para a Rede Mãe Paranaense é muito aquém do necessário e que infelizmente Sabáudia não é um
331 Município atento a essas demandas ou protagonista nessa questão de contrapartida, porque sendo uma vez
332 sede de Micro, o que vão colocar isso na Pauta daqui a pouco, por exemplo a UPA em nenhum momento
333 sinalizou que Arapongas está sendo respaldo, afirmando que o CAPS e a Santa Casa é a mesma coisa,
334 frisando que então carregam Sabáudia nas costas sim e que financeiramente falando hoje estes tem uma
335 estrutura que é uma das mais caras do Paraná e que 8 mil habitantes precisam somar com os 120 mil
336 habitantes. O Presidente Zanatta comenta que o hospital quando esteve experiência era sede de Micro
337 também, onde tinha 25 mil habitantes e outros 28 mil habitantes distribuídos em outros 05 Municípios
338 pequenos, sendo 10 mil habitantes o que tinha mais e que também não embarcaram na mesma medida que o
339 Município sede fez manter e ter a Rede Mãe Paranaense, ressaltando que o resultado que há 03 anos que
340 saiu de lá e a Rede Mãe Paranaense se encerrou lá, acreditando que a discussão que estão falando é
341 bastante pertinente e própria, citando que o hospital tem que tê-la forçosamente, até porque o Conselho está
342 indicando isso, uma vez que estão aprovando o Fomento, discutindo para o Município que acham que é
343 necessário, mas que os irmãos vizinhos tem que colaborar também com a Santa Casa. A Conselheira Iyálórisá
344 Joilda afirma concordar que o Município tenha que ajudar a Santa Casa, mas que não podem comparar a UPA
345 com a Santa Casa, pois a UPA é uma Instituição Pública e a Santa Casa é uma Instituição privada e mesmo
346 que seja sem fins lucrativos, não atende 100% SUS, tendo 80 leitos SUS e os outros 20 leitos particular, se
347 então existe um discernimento por parte do Município em não permitir que os serviços parem, pois precisam

348 acolher as “mãezinhas”, as gestantes e as crianças e se tem o Município vizinho que recebe impostos assim
349 como Arapongas recebe, Sabáudia tem que entrar junto, pois afinal de contas a Santa Casa é uma Instituição
350 privada, afirma, não sendo pública, citando que Arapongas não está deixando de ajudar com o Fomento. A
351 Conselheira Iylórisá Joilda diz que então falta a direção da Santa Casa se mexer e buscar o que o Dr.
352 Alecsandro diz em sua fala, os convênios, pois a participação dos convênios e de outros municípios que são
353 recebedores de impostos assim como Arapongas e não só Arapongas ter que cobrir tudo, já que existem
354 crianças de outros municípios que nascem na Santa Casa, afirma então dizer isso até por contribuição para a
355 Santa Casa, para sair da zona do conforto, pois assim não sairá nunca. O Conselheiro Alecsandro diz que fará
356 uma interpretação, frisando que não é Arapongas sozinha que custeia sozinha esse funcionamento, dizendo
357 que a categoria deste, os médicos que lá estão custeando o funcionamento da Instituição, quando na verdade
358 são trabalhadores que deveriam estar lá recebendo seus honorários, que é aquilo que se paga por trabalho
359 executado, salientando que quando recolhe o honorário do profissional e não paga, estão desonrando o
360 profissional que está os assistindo, que é por isso que o profissional vai embora. A Conselheira Heloísa afirma
361 que nenhuma dessas especialidades deixaram de ser pagas, que todos foram pagos pelo Fomento, citando
362 que não é esse o motivo que falou, expondo ao Conselheiro Alecsandro que o mesmo está confundindo as
363 coisas, que disse é que as especialidades estão deixando e indo para regiões vizinhas porque está pagando
364 melhor o plantão, pedindo novamente para o Conselheiro não confundir as coisas e que não é por falta de
365 pagamento, afirmando novamente que os pagamentos estão sendo feitos. O Presidente Zanatta comenta que
366 o médico está lá, não como trabalhador, mas como Prestador de serviços, que todo profissional é trabalhador.
367 O Conselheiro Alecsandro diz que a colocação que está fazendo e que a Conselheira Heloísa distorceu sua
368 colocação, tendo como resposta que quem distorceu foi o mesmo, sendo pontuado pelo Conselheiro
369 Alecsandro que não é a primeira vez que a mesma distorce a fala deste, comentando que o valor de R\$
370 115,00 que é repassado é de Fomento pelo SUS, a queixa dos colegas é que o produzido para esses 20 leitos
371 particulares, não chega para eles e se esse valor chegar o profissional ficará satisfeito. A Conselheira Heloísa
372 comenta não vai ficar satisfeito, que eles reclamam mesmo assim e menciona que o profissional Dr. Jeová,
373 que diz que não estava recebendo, recebeu sim, que então não venha falar que não recebeu os convênios,
374 orientando ao Conselheiro Alecsandro para que peça ao profissional para mostrar a RPA – Recibo de
375 Pagamento Autônomo, gerada e de quantos foi, para ele também falar inclusive quanto de particulares ele
376 recebe, para fazer nota fiscal inclusive para paciente, frisando que não ficará fazendo a ficha corrida do
377 profissional, pois não cabe a esse Conselho falar, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta que nem é essa
378 discussão. O Conselheiro Alecsandro diz que a colocação do Presidente é inadequada quando diz que essa
379 discussão não cabe, que está refazendo a fala e diz que a questão do honorário médico é a queixa do
380 profissional, que o honorário não está chegando, citando que a fala que está fazendo é que estão custeando
381 100% aqui e Sabáudia, a qual foi bem lembrado e que havia se esquecido disso, sendo pontuado pelo
382 Presidente Zanatta que sua lembrança já é antiga. A Conselheira Heloísa diz aliás foi ponto da mesma que
383 inclusive no último encontro, o qual o Presidente Zanatta estava presente e o Conselheiro Antonio Martins
384 também, que falou que se Sabáudia contribuísse com a contrapartida, não estavam nessa situação, com
385 colocação do Presidente Zanatta que foi no POA. O Conselheiro Alecsandro expõe que estão garantindo porta
386 aberta com profissionais qualificados presentes para atender a população não SUS, afirmando que essa
387 população está sendo atendida, o convênio e o particular estão sendo atendidos, só que quem está pagando
388 para o convênio e particular serem atendidos é a Prefeitura, que é isso que está falando que é inadequado,
389 frisando que isso é matéria de apropriação do Conselho sim. O Presidente Zanatta comenta que disse que não
390 era apropriação do Conselho é se a Santa Casa deixou de pagar algum médico, pede desculpas, pois se o
391 Prestador que vende agulha para eles não recebeu, o problema é do Prestador e da Santa Casa, salientando
392 que não é do Conselho. O Secretário de Saúde e Secretário de Saúde Moacir, comenta que algumas
393 colocações independente da divergência destes merecem uma devida atenção, tanto do Conselheiro
394 Alecsandro, como da Conselheira Heloísa, que algumas coisas já é consenso, dessa dificuldade no ano a ano,
395 que essa consciência precisam ter, pois se hoje existe um Termo de Fomento é porque estes do Conselho
396 Municipal de Saúde, tem dado esse respaldo, que então se precisa ter uma discussão mais ampla, terão, que
397 só gostaria de ter um dia específico para colocar isso como ponto de Pauta, pois terão quase um mês e meio
398 para a discussão do próximo Termo de Fomento, mas acredita que poderiam pactuar para que o próximo
399 Plano de Trabalho, tragam e façam uma Reunião Extraordinária e colocariam essas dificuldades e os pontos
400 colocados. Salienta que o Conselheiro Alecsandro representa dentro do Segmento de Trabalhadores o
401 Sindicato da área médica, assim como tem a Conselheira Renata da área de enfermagem, que pode como os
402 outros Usuários colaborar com essa discussão, frisando que tem outros pontos de Pauta e que não queria
403 comprometer o horário, pois a próxima pauta é mais extensa do que essa, deixando claro que se alguém tem
404 alguma dúvida a respeito desses valores que estão colocando, esse resgate dessa questão dos plantões se
405 fez necessário devido as dificuldades já relatadas pelos próprios Prestadores, expondo que gostaria de saber

406 se ninguém tem dúvidas ou queira se pronunciar a respeito, se podem aprovar esse Termo, parcialmente mês
407 de novembro e o mês de dezembro, para que possam formatar um novo Termo a partir de 2024, frisando que
408 infelizmente não pode falar que esse Termo será publicado amanhã, ou depois, mas que terão que seguir o
409 rito administrativo do Município e o pagamento só será feito proporcionalmente à publicação desse novo
410 Termo. O Presidente Zanatta pede esclarecimento, quanto ao Termo de Convênio que está descrito de R\$
411 173.880,00 correspondente ao mês de novembro e mais R\$ 256.680,00 referente ao mês de dezembro, com
412 total de R\$ 430.560,00, se isso é porque o Termo de Convênio se encerra em outubro, ao que a Conselheira
413 Heloísa expõe que já se encerrou em outubro, que então colocaram 21 dias, sendo uma previsão, com
414 pontuação do Presidente Zanatta e depois desse, com complemento do Secretário de Saúde Moacir que
415 afirma que será feito um novo para 2024, porque não tem a perspectiva que esse recurso de R\$910 mil reais
416 chegue até o final desse ano e não será feito 12 meses para o ano que vem, porque esse recurso poderá
417 chegar em janeiro, ou fevereiro, pois ajudará a desonerar o próximo Termo, porque até setembro do ano que
418 vem com certeza esse recurso estará em mãos, que então se for feito 12 meses, precisará suspender um
419 novo termo, afirmando que será feito um novo Termo parcial de 09 ou 10 meses, que independente de quando
420 vier o recurso, ficará aplicado e será usado logo na sequência, após o encerramento do novo termo de 2024. A
421 Conselheira Íyalòrísá Joilda solicita que essa documentação seja enviada por e-mail, expondo que foi enviada
422 no grupo, mas que é interessante que os Conselheiros se apropriem dessa documentação, para qualquer
423 situação futura terem as informações. O Secretário de Saúde Moacir questiona se o e-mail de todos foram
424 atualizados, ao que o Presidente Zanatta comenta que foi encaminhado por e-mail conforme solicitado pelo
425 Conselheiro Alecsandro em relação ao instrumento do 24h, o qual encaminhou durante o final de semana,
426 tendo colocação da Conselheira Íyalòrísá Joilda que refere-se a questão da Santa Casa, que foi enviado no
427 grupo do Conselho, expondo que seja enviado por e-mail também. O Presidente Zanatta reportando-se ao
428 Conselheiro Alecsandro e diz que para que seja encaminhado por e-mail a documentação do mesmo. O
429 Conselheiro Durvalino pergunta da questão de Sabáudia, se sempre dependeu de Arapongas, tendo como
430 resposta pelo Presidente Zanatta que eles não tem hospital, então tudo que é hospitalar vem para Arapongas,
431 vindo em dois formatos, sendo muita coisa dirigida para internamento, bastante para passar no pronto socorro,
432 sendo atualmente o pronto socorro mais para a HONPAR, mas também para Santa Casa, porque
433 acompanham o plantão daqui. O Secretário de Saúde Moacir comenta que está no contrato do Estado esse
434 suporte que precisam dar para Sabáudia, como colocação do Presidente Zanatta ao Conselheiro Durvalino
435 que isso é uma gestão Estadual, sendo o Estado que gerencia as referências, ou a situação primordial dos
436 hospitais, quando o Município não é Pleno, frisando que é o Estado quem faz isso. Comunica que gostariam
437 de submeter a aprovação o Plano de Trabalho para o complemento Fomento para a Santa Casa na Rede Mãe
438 Araponguense para os meses de novembro e dezembro, ao que o Conselheiro Alecsandro diz que seja por
439 pedido de voto, com declaração de voto, que conste em Ata que a representação do Sindicato dos Médicos
440 vota a favor para a prorrogação do Termo de Fomento, registrando que os valores estão desatualizados em
441 relação ao mercado, que os valores não podem ser equivalente ao 100% repassado aos profissionais e que o
442 valor de R\$910 mil do Convênio do Estado não deve, pela ótica dessa representação ser usado para
443 abatimento do Termo de Fomento. Afirma que a Instituição merece receber esses R\$910 mil reais e ser
444 aplicado para as suas necessidades, sendo mantido o Fomento Mãe Araponguense que contemple a sua
445 população, com a garantia da chegada dos honorários a todos os profissionais envolvidos. O Presidente
446 Zanatta diz que não entendeu a questão do R\$910 mil reais, pedindo esclarecimento ao Conselheiro
447 Alecsandro e tendo como resposta que fez declaração de voto que os R\$910 mil, sendo o seu voto que deve
448 ser mantido o repasse para a Santa Casa, sem abatimento do Termo de Convênio, que seja R\$ 910 mil reais a
449 mais e se pagar R\$910 mil reais hoje, mesmo que pague manter o repasse de novembro e dezembro,
450 conforme vem sendo feito. A Conselheira Íyalòrísá Joilda afirma ser favorável ao repasse e concorda com o
451 Conselheiro Alecsandro, que a Santa Casa precisa do repasse, mas que não haja recusa de pacientes do SUS
452 para priorizar convênios, visto que é o Fomento do Município que está mantendo os serviços da Santa Casa
453 nessa parte de obstetrícia, anestesia e de pediatra, para acolhimentos das gestantes e não havendo mais
454 colocações, assim como não houve posicionamento desfavorável, o Plano de Trabalho para o complemento
455 Fomento para a Santa Casa na Rede Mãe Araponguense para os meses de novembro e dezembro foi
456 considerado aprovado por unanimidade. Em continuidade o Presidente Zanatta faz referência a Pauta e
457 comunica será suprimido o **4º Ponto** – Aprovação de Termo de Convênio com a Santa Casa com vigência de
458 janeiro a junho de 2024; para que o Vice Presidente Moacir possa fazer a redação do Termo de Convênio e
459 conforme a necessidade do Prestador e do Gestor, colocam ele para a próxima Plenária, ou para uma Plenária
460 Extraordinária. O Conselheiro Alecsandro sugere que o próximo Termo de Fomento seja de 12 meses, ao que
461 o Presidente Zanatta comenta que o Vice Presidente Moacir acabou de explicar porque não 12 meses, sendo
462 então exposto que havia colocado a questão do R\$910 mil reais onde o recurso que o próprio Prefeito solicitou
463 ao Governo Federal, sendo um recurso que iria ajudar a desonerar o Município, que o Conselheiro Alecsandro

464 colocou que uma parte desse recurso seja complementar, além do recurso repassado, que então novamente
465 todos sabem da situação orçamentária e financeira do Município é legítima a defesa do Conselheiro
466 Alecsandro, mas ao mesmo tempo quanto Gestor precisam trabalhar dentro dessa realidade para que não
467 corra o risco, frisando que não sabe como estará o orçamento, pois estes tem uma previsão orçamentária,
468 mas sempre obedece a previsão de arrecadação e muitas vezes essa acaba sendo frustrada, que é o que tem
469 acontecido no final do ano, essas situações de aperto que estão passando inclusive, que então a intenção de
470 fazer um Termo parcial é justamente para que esse recurso de R\$910 mil reais independente do mês que
471 viesse ajudaria a desonerar o Município, seja em uma duas ou três parcelas, destacando que a discussão de
472 aditivo de valor, obedecendo os valores de mercado pode ser feito em qualquer tempo com o convênio
473 vigente, podendo ser feito aditivo de valores de plantão e esse R\$910 mil reais poderá ser usado em algum
474 momento, que então para superarem essa discussão, vale a pena trazerem para a Pauta, pegarem o novo
475 Plano de Trabalho e colocar essa questões e terem um tempo maior para debruçarem em cima dessa nova
476 proposta, pois terão 1 mês, sendo tempo hábil para estar fazendo e discutindo o próximo Plano de Trabalho.
477 Ato contínuo o Presidente Zanatta faz referência ao **2º Ponto de Pauta** – Discussão do Estudo Preliminar e
478 votação para abertura de Edital de Chamamento público para concurso de Projeto de Seleção de Entidade de
479 direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde - OSS, que tenha
480 manifestado interesse em celebrar Contrato de Gestão com vistas à formação de parceria para fomento e
481 execução de atividades na área de saúde, em especial, o gerenciamento da UPA, (CNES 7317719), Rua Tico-
482 tico Rei s/n J. Caravelle, em estreita cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos do
483 SUS; sobre esse assunto menciona que primeiramente foi encaminhado pelo grupo do Whatsapp e
484 posteriormente para o e-mail de todos, deixando em aberto a discussão. O Secretário Moacir comenta que
485 gostaria de fazer uma introdução, mesmo estando como Titular pelo Segmento de Gestor, que não gostaria de
486 ter viés nenhum e sim comportar-se como Conselheiro, tendo então a presença do Secretário Juliano e do
487 Tesoureiro Valter, onde terão uma discussão horizontal. Comenta que em um período relativamente curto
488 passaram por um processo parecido, sendo uma Entidade com porte parecido no formato dos seus
489 respectivos serviços, só que um porte menor, se comparado com a UPA, que é o Alberto Esper Kallas e que
490 tiveram essa novidade, justificando que são poucos municípios do Paraná que ousam a fazer um processo
491 desse requer um estudo amplo, transparência nas informações, repasse de recursos com prestação de contas
492 do próprio Prestador, para que não tenham nenhum impedimento do Tribunal de Contas, até mesmo
493 questionamentos antes mesmo de lançar um novo edital, sendo um dos objetivos principais que tem hoje na
494 abertura é uma questão relacionada a força de trabalho, onde a obrigação do Município não sendo Gestão
495 Plena, é manter uma estrutura dentro da Atenção Básica e todos os esforços destes tem que se concentrar na
496 força de trabalho para que tenham uma cobertura de Atenção Básica cada vez mais ampla, sendo que sabem
497 culturalmente falando e historicamente, que este Município tem uma capacidade muito maior que a média dos
498 outros municípios do Paraná, nos Pronto Atendimentos. Expõe que hoje tem 02 24 horas, 03 18 horas,
499 consumindo recursos muito maiores que a média dos municípios do Paraná desse porte, não existindo
500 Município dentro desse porte e que tenha essa estrutura dentro da Rede de Urgência e Emergência,
501 envolvendo uma questão salarial e de índice de folha, que a longo prazo precisam dar esse suporte,
502 prejudicando com que haja novas contratações de servidores para a Atenção Básica, pelo recurso consegue
503 ser gerado uma economia a médio e longo prazo, não sendo enxergado muita vezes em curto prazo, porém
504 algumas outras questões subjetivas como afastamento de profissionais, horas extras e atestados tem que ser
505 colocados nessa discussão, frisando que isso desgasta o serviço, pois tem que obrigatoriamente que suprir
506 muitas vezes os profissionais que não estão naquele respectivo plantão por outros, onerando e muito todos os
507 Pronto Atendimentos. O Vice – Presidente Moacir destaca que devido a esse cenário e considerando a
508 primeira etapa de terceirização do 24 horas e estão conseguindo ter êxito nessa terceirização, estão ousando
509 novamente a protagonizar essa questão em um estabelecimento que tem o credenciamento do Ministério da
510 Saúde. Informa que atualmente receberam R\$ 500 mil reais do Governo Federal, não tendo contrapartida
511 Estadual, sendo um custo de uma Unidade de Pronto Atendimento que gira em torno de R\$1,6 (um milhão e
512 seiscentos mil reais) a R\$ 1,8 (um milhão e oitocentos mil reais) de uma forma ideal e muitas vezes na média
513 esse custo estará menor, explicando que porque não estão na forma ideal destes como gostariam que
514 estivesse a UPA, citando como exemplo que até hoje não tem Assistente Social na UPA 24h, que até hoje
515 desde quando abriu também não tem Farmacêutico 24h, que até hoje tem plantões que existem falhas no
516 número de profissionais, estando presente o Sr. Juraci e a Conselheira Renata que é servidora do local e sabe
517 o que o mesmo está falando, que foi principalmente durante o período de pandemia, afirmando que uma
518 Organização Social tem muito mais flexibilidade de trabalhar conforme essas demandas, seja na substituição,
519 desligamento ou contratação de novos servidores, expondo ainda que estão com um concurso que já vai para
520 04 anos, que provavelmente será prorrogado, mas se não tem recurso para que haja novas contratações,
521 infelizmente os serviços acabam sofrendo dia após dia com essas demandas abaixo do esperado ou do ideal

522 formatado. Coloca acreditar que todos devem ter tido a oportunidade de ter acesso, mas não sabe se todos
523 conseguiram fazer um estudo, ou ao menos uma leitura, pois são 38 páginas desse estudo que foi
524 apresentado, fazendo lembrança que esse estudo foi feito por servidores deste Município, focado
525 principalmente na Secretaria de Finanças, com participação também na Secretaria de Planejamento onde
526 iniciou-se onde o próprio Secretário Juliano, que atuava no local e hoje está na Secretaria de Finanças, sendo
527 essa introdução que gostaria de passar para estes e transmitir total segurança nos serviços, que acredita que
528 estes já tiveram a oportunidade de utilizar no 24h. Expõe que tem mantido o mesmo padrão de funcionamento,
529 sendo inclusive o mesmo prontuário eletrônico que utilizado no 24h, é integrado a rede de serviços e
530 conseguiram fazer que o 24h mesmo sendo gerenciado por uma gestão OS, esteja totalmente integrado com a
531 rede de serviços de saúde e avançando inclusive em alguns aspectos, como já mencionou no caso da
532 Assistente Social, ou no suporte ao paciente psiquiátrico, conseguiram amenizar e durante a pandemia tiveram
533 a oportunidade de ter dois estabelecimentos, favorecendo muito os atendimentos, citando que irpa chamar o
534 Sr. Valter e o Sr. Juliano, para que possam literalmente discutir ponto a ponto. O Presidente Zanatta questiona
535 se alguém não teve oportunidade de ter acesso a leitura, mas se todos já tiveram algum contato fica mais fácil.
536 Ato contínuo, com a palavra o Secretário de Finanças Juliano enseja boa noite a todos e explica que assim
537 como o Secretário Moacir fez uma explanação, que poderem no futuro, sendo isso mês a mês de gerar uma
538 economicidade para o Município e fazerem um atendimento, que tem um protocolo a ser seguido que hoje
539 talvez tenha alguns deficit nessas questões, que então fizeram um cálculo de custo mensal da UPA, sendo que
540 esse custo girou em torno de R\$1,5 (um milhão e quinhentos mil reais), R\$ 1,6 (um milhão e seiscentos) pois
541 tem meses que tem mais dias, tendo então esses picos, que então em certo momento pregaram as empresas
542 que foram qualificadas na terceirização do 24 horas, para solicitarem orçamento para eles. Informa que foi
543 enviado por e-mail o estudo documentado, para aquelas qualificadas da outra terceirização, para que tivessem
544 uma base e saber se os gastos estavam muito alto ou muito baixo, que estavam fazendo esse panorama e na
545 média de R\$1.633.990,00 (um milhão, seiscentos e trinta e três mil reais, novecentos e noventa reais), porém,
546 sendo das empresas qualificadas lá, afirmando ainda que abriram um processo de qualificação atual, a qual
547 foram 06 empresas que demonstraram interesse, citando que não coloram os nomes e não sabem, mas que
548 pegaram os orçamentos e só colocaram para poder demonstrar, pois a ideia é que estando qualificada, está
549 apta para prestar o serviço e se encaixe depois no processo licitatório que venha atender. Comunica que
550 abririam o processo na casa de R\$1,6 milhões, frisando que a tendência no processo de leilão da licitação
551 tende a diminuir, explicando que os funcionários do Município que hoje trabalham lá, continuarão no quadro do
552 Município, colocando que tem todos os meses na Secretaria de Saúde, CI's solicitando profissionais em
553 diversas áreas, mencionando que esses profissionais que lá hoje estão, serão remanejados e
554 conseqüentemente horas extras, atestados, tende a diminuir, que então no futuro pode até ser gerado
555 economicidade, salientando que sabe que tem inflação, hora médica que sobe de um ano para outro, mas
556 pensando que se forem atender a Secretaria de Saúde hoje o índice de folha está tranquilo em 48%, mas se
557 forem atender a Secretaria de Saúde e toda a demanda que esta tem não estouraria o índice, mas que geraria
558 um custo para o Município por durante 30 anos, justificando que esse novo servidor ficará no quadro do
559 Município por 30 anos, frisando que não sabe como estará a economia daqui dois a três anos, no cenário
560 Nacional e na terceirização tem flexibilidade, de poderem romper o contrato e voltar esses profissionais, tendo
561 essa válvula de escape, não que seja a intenção, mas tem essa possibilidade de ser feito isso para preservar o
562 Município. O Secretário Juliano explica que está bem próximo os orçamentos, que abre-se um processo e
563 nesse a um leilão das empresas que participarão, que deduzem então que esse valor baixe, ao que o
564 Presidente Zanatta pergunta se quando o mesmo fala leilão, se é o Pregão Eletrônico Nacional, sendo
565 afirmado pelo Secretário Juliano. O Vice Presidente Moacir diz que chamam isso de concurso de Projetos e
566 para participar precisam ter empresas que já estão aptas, que passe por esse processo de qualificação que o
567 Secretário Juliano colocou, comenta que caso não esteja enganado tiveram portarias de processo de
568 qualificação publicados recentemente, que caso não lhe falhe a memória atualmente existem 08 empresas que
569 estão aptas a participar de concurso de Projetos nesse Município, ou seja quando lançarem pode ser que as
570 08 participe, mas pode ser que não, mas se elas se qualificaram imaginam que essa concorrência seja mais
571 ampla. O Presidente Zanatta pergunta se poderiam ter o ingresso de outras novas, além das 08, sendo
572 respondido pelo Secretário Juliano que só as qualificadas, ao que o Presidente Zanatta indaga se ela tem que
573 entrar em um processo de qualificação, com resposta pelo Secretário Juliano que sim, mas que já aconteceu.
574 O Presidente Zanatta coloca para seu entendimento de uma empresa que fica sabendo desse processo, ela
575 não poderá concorrer porque ela não qualificou, ao que o Secretário Juliano afirma que não, porque não se
576 qualificou na convocação feita anterior, ao que o Presidente Zanatta pergunta quando foi essa publicação,
577 tendo como resposta pelo Secretário de Saúde Moacir que a análise foi antes e a publicação não faz
578 lembrança, mas explica que essa qualificação é divulgada de uma maneira ampla, afirmando que as OS tem
579 esse entendimento que qualquer participação em processo licitatório tem que ter a documentação regular e

580 uma dessas é a questão relacionada a qualificação no Município de origem, citando que tiveram Piraquara,
581 Ponta Grossa, sendo um formato um pouco diferente, mas enfatiza que o mais parecido é Piraquara. A
582 Conselheira Iyalórisá Jolda comenta que o Secretário Juliano falou de 06 orçamentos, que para fazer uma
583 correção são 05 orçamentos, sendo o que está apresentado, sendo para que conste em ata e não haja
584 divergência na informação. O Sr. Valter explica que foi disparado para 12 empresas, sendo que apenas 05
585 responderam com números e uma delas foi feita visita técnica para conhecer a Unidade, O Conselheiro Sérgio
586 Azevedo pergunta do disparo que fizeram para 12 empresas, e se só 05 se interessaram, tendo como
587 resposta que no processo anterior 12 empresas manifestaram interesse na contratação do 24h, que então foi
588 disparado para todos elas e só 05 responderam, sendo esse apenas um estudo de mercado. O Conselheiro
589 Durvalino pergunta por quanto tempo é essa terceirização, sendo respondido pelo Sr. Valter que o contrato é
590 anual e renovável a cada ano, sendo de 12 meses e no máximo 60 meses. O Conselheiro Sérgio Azevedo
591 pergunta quem chegou a esses números trimestral, se foi as empresas, tendo como resposta pelo Sr. Valter
592 que não, que esse é destes, sendo o custo deste que aferiram, com pontuação do Vice Presidente Moacir que
593 esse é o custo mais próximo da realidade da UPA hoje, com nova indagação do Conselheiro Sérgio Azevedo
594 que quantos mil reais que gasta por mês então, com resposta pelo Sr. Valter que a média é essa de R\$ 1,6
595 (um milhão e seiscentos mil reais), com questionamento do Conselheiro Sérgio Azevedo se é trimestral, tendo
596 como resposta pelo Sr. Valter e Sr. Juliano que não, que é mensal. O Sr. Valter explica que pegaram o último
597 trimestre e que a média foi de R\$1,6 (um milhão e seiscentos mil reais). O Sr. Juliano faz lembrança do
598 assunto de Sabáudia e comenta não que exista a possibilidade mas SE HOJE O Governo Federal aporta com
599 R\$500 mil reais e tem um custo de R\$1,6 (um milhão e seiscentos mil reais), porque não ratear essa diferença
600 de R\$500 mil para R\$1,6 (um milhão e seiscentos mil reais), para quem também usa, justificando que seria
601 justo, por Sabáudia também fazer uso daqui. O Presidente Zanatta questiona o Secretário Moacir se não seria
602 conveniente que o Conselho fizesse uma demanda ao Ministério Público, já que o MP daqui atende também
603 ao Município de Sabáudia, explicando ser dessa questão da complementariedade de Sabáudia sobre o
604 usufruto de serviços de Saúde de um modo geral, pois quando fazem essa prerrogativa para o hospital, estes
605 agora estão fazendo também uma prerrogativa para o Município. Comenta que antigamente funcionava no
606 Estado através de pactuação de programação, expondo que o Município de Sabáudia tinha um recurso do
607 Estado na ordem de R\$10 mil reais para ambulatório, que então foi pactuado parte desse recurso com o
608 Município de Arapongas, orientando que precisam ser avaliados primeiro essas pactuações, pois nunca são
609 pela rede hospitalar, pois nesta o Município tem uma cota de AIH na ordem de 10% habitante ano, sendo esse
610 10% volume numérico, qualitativo, o número de AIH que aquele Município teria, que então toda essa demanda
611 aquele Município pactuou. Cita como exemplo que é como se tivesse 20 AIH mês, que então pactuará 01 com
612 Londrina, 01 com Maringá, 02 para Apucarana, 09 a 10 para Arapongas, 02 para Curitiba, que aonde tem o
613 aporte para internação de um modo geral, afirmando que essa pactuação foi lá atrás e que nessa também era
614 transferido recurso ao Município dentro do custo médio da AIH, frisando que o custo médio de Arapongas na
615 época era de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por força das UTI's, afirmando que o custo médio
616 dentro de um hospital hoje é muito maior, expondo ainda que Sabáudia o custo médio de internação era
617 R\$800,00 (oitocentos reais), que então tinham que pegar 03 AIH para compensar 01 e transferir para cá,
618 destacando que isso acontecia no ambulatório, citando que precisam ver essa pactuação do passado feita
619 através da Regional, para saber o que veio, salientando que isso está muito aquém do que hoje está
620 estabelecido, pois essas pactuações em tese deixaram de existir, pois eles se transformaram em
621 contratualizações de serviços, que então o quantitativo já não é mais importante, que a questão é
622 financiamento. O Sr. Valter explica que a questão de valores recebem R\$500 mil reais por mês para custear a
623 UPA e que a última revisão de valores foi em 2014, o qual fará 10 anos e o Governo Federal não revisou esses
624 valores, que então tem esse deficit, frisando que o valor que o Estado manda está aquém desde 2013 e que
625 não é revisto e o Município tem custeado o deficit do Governo Federal e Estadual. A Conselheira Renata
626 expõe que tem 32 apontamentos, fez a leitura minuciosamente do documento e que o Secretário de Saúde
627 Moacir disse que um dos pontos era a transparência, que dentre os itens a serem listados, existem vários itens
628 que nunca foram utilizados na UPA, sendo um exemplo é o Dreno de Penrose , afirmando que nunca foi usado
629 esse material na Unidade, que outras coisas que foram listadas e que são compradas mensalmente, são na
630 verdade esterilizadas, reutilizadas, expõe que outro ponto que lhe chama a atenção, justificando que está
631 levando esse ponto porque soma ao valor total, impactando no resultado dos números, citando sobre a
632 questão do rendimento dos profissionais, questionando quais foram os cálculos para chegar nessa média,
633 como foi feito esse levantamento, porque olhando os números sozinhos, não consegue visualizar esse
634 rendimento profissional, que então tem um apontamento e reportando-se para o Secretário Moacir, diz saber
635 que o custo da folha de pagamento é alto, afirmando que podem imaginar e a questão da compra de materiais
636 e os números, também são altos, comenta que todo o período na UPA a questão dos atestados é real, pois
637 trabalhou na Unidade e sabe, a questão de cumprir hora extra, que sabe que tudo isso onera a folha, mas

638 acha que isso não se4ria um ponto para iniciarem uma terceirização, mas que poderia sim levantar um SESMT
639 – Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho, justificando que toda empresa privada
640 ou pública você encaminha o profissional que pegou vários atestados para uma avaliação médica, orientando
641 que isso reduzirá e inibir essa quantidade excessiva que tem dentro da Unidade. A Conselheira Renata
642 comenta que é uma Unidade 24h e que as outras Unidades tem pausa, tem os Postos de Saúde, que acaba
643 gerando um cansaço físico, mas que isso não justifica, frisando que poderiam discutir uma forma, pois para o
644 médico o plantão dele terceirizado não continuará, sendo pago, porque viram que há um teto a ser pago, que
645 para o Gestor e a Prefeitura em geral será bom, pela economia, citando que o profissional de enfermagem, a
646 qual representa o Segmento de Trabalhador e o COREN, que então representa a enfermagem e que estão
647 falando em média de 62 profissionais que do dia para noite perderam o rendimento, porque trabalham a noite,
648 afirmando que já recebeu ligações de mulheres expondo que só tem esse recurso, porque o marido faleceu,
649 que ficará sem esse rendimento, questionando qual o plano de trabalho e como será executado essa
650 transição, como estão sendo avisados, salientando que precisam rever a questão desses valores do
651 documento, mencionando que pode pontuar o que achou e passar para estes, destacando que tem que ficar
652 muito mais claro, pois tem outros meios, pois viram na outra terceirização que houve muito problema na
653 questão do atendimento, questionando quem suprirá, quem será esses colaboradores que vão administrar a
654 UPA, como será essa transição. O Secretário Juliano expõe que trouxeram para discussão e reajustes e como
655 a mesma tem essas pontuações acha interessante a mesma passar para estes, para que possam rever, pois
656 esta tem olhos técnicos e o que chegam para estes são números, que então é válido se esta poder reportar,
657 pedindo para que seja por e-mail, para deixar documentado, que então prepararão, organizarão e irão rever as
658 pontuações no estudo. O Presidente Zanatta orienta a Conselheira Renata que toda argumentação que esta
659 fizer, quer como Conselheira, quer pela Entidade que seja direcionada ao Conselho e que este reportará. O
660 Secretário Moacir comenta que adoraria que tivesse conseguido fazer essa discussão nessas duas últimas
661 semanas, afirmando respeitar o tempo de todos, que algumas coisas que a Conselheira Renata está trazendo,
662 quando deram o start, foi justamente para que se tivessem conseguido fazer a discussão trazerem e dizerem
663 que o apontamento da Conselheira foi feito e que modificaram, enfatizando que esse é um Estudo Preliminar,
664 colocando que precisam assumir um compromisso independente do segmento para trazerem essa demanda
665 de uma maneira formal, estipulando prazo, justificando que a Secretaria de Finanças também tem que
666 respeitar alguns prazos para que o processo possa caminhar, expondo que algumas questões colocadas, está
667 claro que precisam trazer para esse estudo técnico, independente do valor a ser utilizado, de saberem o que é
668 reutilizável e sua vida útil, pois se é 12 meses, será esse valor dividido por 12, pois tem material que pode ser
669 esterilizado, como a questão do material de limpeza que é esterilizado, acreditando que a maior parte
670 conseguiram levantar, mas que é obvio que podem ter ajustes que precisam ser feitos. O Sr. Valter esclarece
671 que a parte dos insumos foi feito a partir do cálculo manual, respeitaram o total comprado durante 12 meses e
672 retearam, sendo que foi essa a metodologia, frisando que foi pedido ao Departamento de Compras que
673 gerencia todas as compras, o quanto de material foi destinado a UPA e um período de 12 meses, pois o
674 quanto foi comprado por mês seria difícil de mensurar e não seria interessante. A Conselheira Renata expõe
675 novamente que existem materiais que não são utilizados na Unidade, citando o Dreno de Penrose, ao que o
676 Sr. Valter afirma que estava na lista do Departamento de Compras que haviam mandado. O Conselheiro
677 Sérgio Azevedo coloca que esse levantamento ficou um tanto quanto superficial, pois colocam um custo de
678 R\$1,6 (um milhão e seiscentos mil reais) pelo levantamento que a UPA gasta/mês, mas que pode assegurar
679 que não chega a R\$1 milhão de reais, ao que o Secretário de Finanças solicita para o Conselheiro que este
680 faça o levantamento e passe a estes, com afirmação do Conselheiro Sérgio Azevedo que fará o levantamento
681 e passará. O Presidnete Zanatta diz que referente a fala do Conselheiro Sérgio Azevedo este através de sua
682 Entidade tem que trazer os dados que ele está afirmando. O Conselheiro Sérgio Azevedo diz que um exemplo
683 é que colocaram um gasto com enfermagem de R\$137.128,61, perguntando se querem 36 enfermeiros por
684 40horas e somando tudo não da R\$87 mil. O Sr. Valter comenta que tem uma quantidade de funcionários, mas
685 no estudo também consta em planilhas ideais, pois tem menos enfermeiros que o necessário, ao que o
686 Conselheiro Sérgio Azevedo afirma que está querendo dizer é que no estudo foi colocado um pouco acima da
687 realidade, com pontuação do Secretário de Finanças Juliano que se pegarem as escalas e somarem,
688 chegarão nesses números que está sendo apresentado, que o mesmo tem todo o direito de fazer esse
689 levantamento e trazer para discussão. O Secretário de Saúde Moacir comenta que não conseguiram, sendo
690 uma questão do próprio Portal, fazendo referência ao levantamento de profissionais e que quando o
691 Conselheiro Sérgio Azevedo coloca tem razão, de onde está a lotação profissional, expondo que a maior parte
692 dos profissionais que realizam horas extras, além dos profissionais da própria UPA, citando como exemplo, se
693 há uma enfermeira que realiza hora extra do Petrópolis, como o caso da Enfermeira Vera que dá o suporte
694 para estes na UPA, no Portal da Transparência não estará que a hora extra dela foi da UPA, porque a lotação
695 é da UBS Petrópolis, que aí começam pelo levantamento a chegar mais próximo, do que está no Portal

696 daquelas pessoas que estão lotadas na UPA. O Conselheiro Sérgio Azevedo comenta que pelos casos que
697 pegou no Portal e faz comparação que um enfermeiro aqui, ou seja no documento, tem um custo de R\$
698 8.570,00 e o custo real o máximo que achou foi de R\$5.557,00, ao que o Vice Presidente menciona que tem
699 uma questão de custo patronal, encargos e com pontuação também do Sr. Valter que colheram através do
700 Portal, na Lei de Acesso a Informação e que se olharem estará o rendimento do servidor, mas não o custo,
701 afirmando que não tem uma planilha de custo do servidor, comentando que o custo do servidor é maior do que
702 está de rendimento. A Conselheira Renata pergunta se não tem uma porcentagem desse custo, tendo como
703 resposta pelo Sr. Valter que quando demandaram ao RH isso, foi pedido o total com o custo patronal, ao que a
704 Conselheira Renata novamente comenta se o salário base é x, mais os 12% a mais, tendo a resposta do Sr.
705 Valter que varia, pois tem o valor do IPPASA que pagam, que tem servidoras que tem direito ao salário família
706 e outras que não, sendo pontuado pela Conselheira Renata que tem que ficar mais claro essas informações,
707 pois estão discutindo a questão do profissional, do custo alto da folha de pagamento, precisam saber da onde
708 está vindo esse recurso, se é hora extra montarem um SESMT, que talvez resolva, se é compra de material,
709 precisam verificar a questão de validade, desperdício, sendo só para estes entenderem. O Secretário de
710 Finanças Juliano, comenta que a questão de horas extras e atestados, a Secretaria de Administração está
711 fazendo um trabalho em cima, que é por isso que é bom que esta passe um questionamento a estes, para que
712 possam trazer para discussão, pois esta é uma discussão para formatarem, assim como o Conselheiro Sérgio
713 Azevedo que trouxe, este tem que formatar e também trazer. A Conselheira Iyalórisá Joilda comenta que
714 quando chegou a proposta de terceirização do 24h, foi em maio de 2020 e a Pandemia da COVID foi
715 decretada oficialmente dia 18 de março de 2020 e através de reunião remota, o qual estavam aprendendo a
716 ter uma reunião remota por conta do distanciamento e uma das perguntas que fez foi de manutenção predial e
717 de quem seria a responsabilidade no caso de terceirização, expõe que é pertinente essa preocupação da
718 Conselheira Renata, que se fala de insumos, se fala de equipamentos mas não da mão de obra humana de
719 como se dará isso, diz que foi uma das pessoas que questionou muito a questão da terceirização, que foi a
720 HUMANIZA inclusive que ganhou o processo licitatório e uma das coisas que foi questionada foi a questão do
721 raio – X, que teria – se no 24h, reafirmando que isso foi em 2020, que estão em 2023 e até hoje, expondo que
722 fala como representante do Controle Social, citando que quem está no Assentamento Dorcelina Folador, se
723 precisar chegar no 24h e precisar de um raio – X terá que se deslocar para UPA, comentando ainda que foi em
724 2020 a terceirização do 24h e reportando-se para o Secretário Juliano comenta que é importante sim essa
725 planilha que a Conselheira Renata coloca, porque precisam ver até que ponto é interessante uma
726 terceirização, que essa questão de como a mão de obra humana vai ser tratado e a questão de manutenção
727 predial, de equipamentos. A Conselheira Iyalórisá Joilda comenta que a empresa ganha o processo licitatório,
728 mas na hora que precisa fazer alguma mudança que transferir para o Município, ficando este responsável,
729 afirmando novamente que é importante que seja aprofundado sim essa planilha. O Conselheiro Sérgio
730 Azevedo comenta que a preocupação da terceirização, a qual não é fã dessa palavra, pois foi comprovado que
731 não funciona muito bem e não funciona mesmo, frisando que a preocupação ao que parece é diminuir o custo
732 para o Município, questionando se trará benefícios para os Usuários, os munícipes, que é essa a colocação
733 que a Conselheira Iyalórisá Joilda acabou de dizer, da questão do raio – X. O Secretário de Finanças Juliano
734 comenta que o Secretário Moacir disse sobre a questão de assistência, farmácia, sendo pontuando pelo
735 Presidente Zanatta que a HUMANIZA tem Assistente Social. A Conselheira Heloísa questiona se tem a
736 terceirização se há também a questão dos laboratórios, se os exames se ficariam, tendo como resposta pelo
737 Sr. Valter que não, que o laboratório é credenciamento, ressaltando que a Secretaria de Saúde tem exemplos
738 de sucesso de terceirização, citando como exemplo que a limpeza da UPA é terceirizada, sendo mais barato,
739 comenta ainda que o raio – X é gerenciado e executado por uma empresa terceirizada, que não é servidor
740 público e funciona muito bem, ao que o Presidente Zanatta afirma que não tem nenhum servidor de raio -X
741 concursado e nem para radiologista, citando que toda a classe médica é terceirizada. O Sr. Valter direciona-se
742 para a Conselheira Iyalórisá Joilda e comenta que a questão do raio – X no Projeto que a FAUEL elaborou
743 previa um raio – X, da necessidade e que seria interessante, com concordância do Município, constando no
744 Projeto para ter a radiologia, frisando que o problema é estrutural da Unidade, pois esta é antiga, que
745 precisariam construir uma sala de isolamento para radiologia, que o problema a mais, além da questão da
746 rede elétrica que é antiga, o transformador externo que é da Copel, não comportaria, que então teriam que
747 pagar. A Conselheira Iyalórisá Joilda expõe que fez esse questionamento em maio de 2020, como esta
748 achando pertinente esse questionamento da Conselheira Renata, como também do Conselheiro Sérgio
749 Azevedo, frisando que está em quanto Segmento de Usuários, representante do Controle Social, pois se falam
750 na defesa do SUS e de seu fortalecimento, entende que a terceirização é o primeiro caminho para a
751 privatização e ainda com dinheiro público, salientando também que isso tem que ser previsto, analisado dentro
752 do processo de terceirização, aonde o serviço será terceirizado, comentando que isso já tinha que ser previsto,
753 assim como a Conselheira Renata está fazendo essa colocação da mão de obra dos profissionais de saúde

754 que atuam hoje dentro da UPA, comentando de pois falar porque o problema foi esse, comentando que ouviu
755 a HUMANIZA dar essa justificativa, pois foi uma das pessoas que cobrou, que então não fala desta, mas de
756 várias pessoas que tem que correr todo o trecho para ter a garantia de um serviço. O Secretário Moacir
757 informa que por mais que tenha sido revisado o processo, verificado que tecnicamente não foi possível, não
758 significa que o recurso do raio -X está sendo repassado, pois esse foi realocado, acrescentando que tiveram
759 aditivos para HUMANIZA referente a plantões médicos, saindo de 02 médicos, para 03 médicos atualmente
760 me regime de 12 horas, que então são ajustes que são feitos durante o próprio processo, que infelizmente
761 essa questão estrutural pesou muito para a instalação do raio -X lá, comentando que estão terminando a
762 instalação de raio – X panorâmico, que é da odontologia, que tem menos carga, sendo o risco menor, mas que
763 o próprio engenheiro elétrico destes teve que dar o aval para que pudessem instalar esse raio – X mais leve
764 no Centro de Especialidades. O Presidente Zanatta comenta que o raio – X odontológico mesmo panorâmico é
765 de 100 (mA), enquanto que o raio – X convencional é de 500 (mA), tendo até de 300, mas comenta que os
766 hospitais não usam, pois preferem o de 500 (mA). O Secretário de Saúde Moacir comenta da discussão em ter
767 em algum momento um raio – X portátil, frisando que é uma questão que tem de ser colocado na Pauta, que
768 essas questões precisam fazer parte do processo destes de discussão, comentando ser bacana ter esses
769 questionamentos, pois quanto mais se apropriam, o principal é que tenham uma fiscalização forte, pois muitas
770 vezes falam de uma terceirização de um serviço e as vezes acontecem coisas que visualizam nas
771 reportagens, como exemplo a Pandemia em alguns Estados, mas porque não houve uma fiscalização,
772 enfatiza. Comenta que precisam fortalecer no Município é que o Controle Social, mas não só o Conselho,
773 expondo que hoje tem dois enfermeiros que ficam no prédio da HUMANIZA para fiscalizar o dia a dia de
774 trabalho e por mais que hoje tem o Sr. Juraci e a Sra. Márcia que são servidores e gestores, sabem que a
775 relação acaba sendo diferente, entre gestor e servidor ou fiscal e funcionário da Instituição, comentando que
776 isso tem que ser colocado em Pauta para fortalecer que a fiscalização sempre tem que estar nas mãos destes,
777 comentando que nunca será pautado sobre a terceirização de uma fiscalização, que isso não existe, pois é da
778 administração direta, mas que uns serviços meio como o Sr. Valter já comentou alguns é extremamente
779 importante, pois a máquina pública não consegue absorver todas essas demandas, que então precisam criar
780 expertise, que então podem ter certeza que a questão da HUMANIZA foi o primeiro passo para que pudessem
781 ter a mínima segurança de estar trazendo essa Pauta hoje. O Secretário de Saúde Moacir comenta que este
782 como Secretário de Saúde jamais estaria trazendo essa discussão, pois tem profissionais de longa data que
783 pode colaborar de todas as formas possíveis para que seja uma coisa legítima, transparente e mais que tudo
784 que tenham segurança durante esse processo. A Conselheira Iyláðrísá Joilda comenta que para fechar a sua
785 colocação, só não quer que chegue daqui há 05 anos ou 03 anos e essa análise de economia e derrepente um
786 custo adicional e a Gestão Municipal tem que ter, citando como exemplo que de repente faltou no contrato a
787 manutenção predial, novos equipamentos, mencionando que o celular destes mudam toda hora e pede para
788 imaginarem com as tecnologias, inovações, que então precisam prever tudo isso, pois estão falando de uma
789 terceirização que terão uma economia x e daqui há 03 anos o Município ter que assumir o complemento para
790 manter um serviço público do SUS, como acontece hoje com a Santa Casa, pois não é muito diferente,
791 afirmando que aqui, ou referindo-se a UPA, é um serviço público, uma Instituição pública e não privada. O Sr.
792 Valter comenta que falando de contrato com a HUMANIZA no Projeto da FAUEL é previsto R\$1 mil reais/mês
793 de compra de equipamentos, para executar durante o contrato, comentando que estes fazem o manejo,
794 porque algumas coisas não se executavam, e outras que demandavam mais, que hoje é R\$8 mil reais/mês
795 que repassaram para a compra de novos equipamentos pelos que estão sendo trocados, que manutenção
796 predial é R\$ 5 mil reais mês que pagam, afirmando que é previsto no Projeto da HUMANIZA, que copiou o
797 Projeto da FAUEL estando previsto também nesse contrato da UPA, dessa manutenção predial, o qual pagam
798 parcelado. O Secretário Juliano sugere para que a Conselheira Renata reporte os questionamentos que tem
799 pontuado. A Conselheira Renata cita que Assistente Social consta, mas que nunca viu, tendo como resposta
800 pelo Sr. Valter que esse é o Projeto, que existe um custo, com a estrutura destes e com a quantidade de
801 funcionários que tem, comentando que há 01 farmacêutico, que o seguranças é da SESTRAN, sendo este
802 Setor que paga, ao que a Conselheira Renata expõe que nunca viu segurança, com resposta pelo Sr. Valter
803 que fica na portaria, com pontuação da Conselheira que questiona, que portaria, sendo respondida que é do
804 portão o vigia. O Sr. Valter informa que existe a parte do custo no Projeto e existe o ideal, que esta copiando,
805 comentando que no Projeto inicial da FAUEL, esta não previa o Controlador de Acesso, que é o vigia,
806 afirmando que é uma necessidade, que fizeram o seguinte, tinha a verba para o raio – X, tiraram esta, pois
807 não ficaria pronto o raio- X, que não teria radiologista e pagaram vigia, citando que remanejaram, que este
808 Projeto já está sendo com o Controlador de Acesso, que hoje não tem, mas que a ideia é ter, comenta que não
809 tem a quantidade de farmacêutico que está no Projeto, que também não tem a quantidade de enfermeiros que
810 está no Projeto, que o Projeto é, uma vez assumido tem que realizar isso. A Conselheira Renata comenta que
811 tem todo um cálculo dentro do Projeto e que todo este está dentro do valor desse estudo, tendo como resposta

812 pelo Sr. Valter que não, que uma coisa é o custo atual e outra coisa é o Projeto, sendo pontuado pela
813 Conselheira Renata que algumas coisas tem que ficar mais claras nesse relatório, porque este diz a ela que o
814 cálculo não foi mensal e algumas partes do relatório diz que é um custo mensal, por isso que pontuou que lá
815 não compra vários dos itens citados, sendo respondida novamente pelo Sr. Valter que o custo foi anual
816 dividido por 12, do quanto gastaram em 12 meses dividido por 12, citando como exemplo que não será pago
817 um valor diferente janeiro, fevereiro e março, mas a média, da expectativa de compra por ano, colocando
818 ainda que se forem calcular a hora médica, fevereiro tem menos dias, então o gasto é menor, ao que a
819 Conselheira Renata comenta que é um número muito expressivo e comecem a raciocinar. O Secretário de
820 Finanças Juliano reafirma para a Conselheira Renata que é interessante a mesma já passar para estes, para
821 poderem ajustar e trazerem para discussão. O Secretário Moacir menciona que esse estudo não é final, que
822 será publicado que é isso, mas sim um Estudo Preliminar que estão trazendo para discutirem a possibilidade
823 de abertura, significando que dentro dessa estrutura estão discutindo a possibilidade de abertura de um
824 processo, de como estará os moldes de quando for aberto dentro do que foi levantado, afirmando que
825 precisarão ter essa força tarefa e que este conta com a colaboração de todos, não apenas dos Conselheiros,
826 mas de todos que queiram colaborar com o processo, mas que possam deixar ele mais robusto, detalhado,
827 porque as vezes tem um entendimento daqueles que formataram e que para estes está claro em alguns
828 aspectos e para uma pessoa que pegou como a Conselheira Renata citou não está claro, destacando que tem
829 que ficar justamente claro para todo mundo, que então resgatou a Portaria, onde foram apresentadas 09
830 Instituições, só que uma foi indeferida, depois da análise da documentação, que então atualmente existem 08
831 Instituições aptas a tarefa participando, onde foi publicado no Diário Oficial, expondo que depois irá mandar
832 para este no grupo, para que saibam quais são essas Instituições, ao que o Presidente Zanatta solicita que
833 seja encaminhado para este por e-mail, para que então reproduza. O Conselheiro Alecsandro questiona sobre
834 o médico pediatra se são 04 por dia, que o Projeto de Terceirização está prevendo a redução de médicos,
835 tendo como resposta pelo Sr. Valter que está prevendo conforme edital da UPA porte II. O Presidente Zanatta
836 comenta de fazer a solicitação do enunciado que passem a ter ele como Estudo Preliminar de Cálculo de
837 Custo, enfatizando que fez algumas observações, a qual irá somá-las junto com o COREN, citando como
838 exemplo que a UPA é porte II, tipo VIII, que quando se fala de produção mínima na UPA 24h, o qual o
839 Conselheiro Alecsandro acabou de fazer sobre pediatra, que terão então 09 médicos de plantão/dia, com
840 média também de 250 atendimentos e se dividir 250 por 09 médicos, dará uma média de 02 atendimentos por
841 hora, que é baixíssima a produção, ficando também a sugestão eventual de fazerem o Estudo de Cálculo
842 sobre o quantitativo médico e em relação aos profissionais que estão elencados 13 categorias profissionais,
843 que somaram na questão do plantão médico, com 09 plantões de 12/horas, mudando então o cálculo que fez,
844 mas que seriam 270 plantões mês de 12/horas, ou 135 de 24/h, que pode ser mudado até pela disponibilidade
845 de profissionais, comenta se quando fizeram o Estudo de Cálculo, que estão chamando de Edital de
846 Chamamento 28, sendo 22 como base para os profissionais dos recursos apropriados a cada recomendação,
847 que então está a discussão que a Conselheira Renata travou, que seria o bruto e não o líquido recebido, que
848 também é a discussão do Conselheiro Sérgio Azevedo com este do Portal, comentando ainda que estes
849 usaram o estudo elaborado pelo NIGEP - UEL que foi aquele elaborado para o 24h Esper, sendo de 2019,
850 questionando se estaria ultrapassado e se pode ser utilizado, tendo como resposta pelo Sr. Valter que pela
851 quantidade de funcionários da o mesmo valor do Projeto, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta que teria o
852 acréscimo de 6 % ao ano, com nova colocação pelo Sr. Valter que os valores estão atualizados conforme o
853 último Plano de Trabalho aprovado que é do mesmo estudo da FAUEL, ao que o Presidente Zanatta menciona
854 que a mesma coisa acontece dos materiais, tendo como afirmação do Sr. Valter e do Secretário Moacir que o
855 valor já está atualizado. O Presidente Zanatta comenta que a mesma coisa acontece quando se vai falar de
856 materiais, utilizado o estudo do Município de Piraquara, com indagação se teriam um estudo próprio de
857 materiais, tendo a resposta do Sr. Valter que tem quase certeza que preliminarmente estava nesse estudo de
858 piraquara e puxaram para o deste, acreditando que foi substituído pelo destes. O Presidente Zanatta comenta
859 que de 2019 para cá tem dois ou três processos licitatórios que contemplarão com esses praticados pelo
860 Município, comenta que também fizeram a questão levantada que o custo médio efetivo do último trimestre,
861 afirmando que o custo não é trimestral, mas sim o custo que é praticado no último trimestre mês a mês, que é
862 da última planilha que foi utilizada, que então diante dessas questões e daquilo que foi pautado, gostaria de
863 passar a palavra ao Secretário Moacir, expondo como o Conselho irá discernir e sugerindo que se o
864 Conselheiro Sérgio Azevedo tiver alguma demanda, solicita que seja feito da mesma forma, acreditando que
865 reunira-se com a Conselheira Renata e se o Conselheiro Sérgio Azevedo tiver interesse de reunir-se com
866 estes, para poderem lançar a mão de fazer alguma coisa, frisando que diante do que o Secretário Moacir já
867 enunciou que pudessem fazer isso até na segunda feira, de trazer isso para alteração e para ajustes de
868 complementação nesse instrumento, que passa a ser estrutura liminar, mas que para a Pauta gostaria que o
869 Secretário fizesse uma colocação sobre essa questão, pois se colocaram a disposição para a discussão do

870 Estudo Preliminar, o que foi feito a discussão e se estenderá mais um pouco, também da votação para
871 abertura do Edital de como o Conselho visualiza isso, o Gestor, a Secretaria. O Conselheiro Alecsandro
872 comenta que quando vão para a tabela que representa 250 atendimentos, sendo o que a Portaria do MS fala e
873 reportando-se para o Presidente Zanatta diz que o mesmo deveria frequentar a UPA e ver a realidade, pois a
874 média que o Sr. Juraci apontou isso logo antes da reunião, são pelo menos de 350 a 380 atendimentos dia,
875 sendo mais de 50% que está apurado, que mais uma vez nesse Conselho o mesmo traz uma lógica do
876 quantitativo da produção médica, que o mesmo transforma isso em hora e coloca que é pouco o médico
877 atender em um pronto socorro dois pacientes a cada hora, afirmando que o pronto socorro é para pacientes
878 que estão morrendo, ao que o Presidente Zanatta diz que sim, se enfarta, ou acidenta, ao que o Conselheiro
879 Alecsandro diz isso, que o mesmo já infartou. O Presidente Zanatta dirigindo-se ao Conselheiro Alecsandro diz
880 que o mesmo não está para lhe ser dado lição de moral, que não aceita, pois o mesmo está falando em
881 relação a uma fala, que este então fale, mas que não postule que o mesmo deva estar mais presente na UPA,
882 pois as dúvidas que ele próprio, Conselheiro Alecsandro fez e as que o Conselheiro Sérgio Azevedo levantou,
883 que inclusive foi esclarecido em contrário o pensamento inicial dele, pois ele, Presidente Zanatta também está
884 disposto para que falem, sendo esclarecidos, como a Conselheira Ilyálorísá Joilda diz, “poder de fala”, que está
885 articulando, mas que não está para ser repreendido pelo mesmo, questionando se o mesmo entende, pedindo
886 respeito ao Conselheiro Alecsandro e comentando que o mesmo não está para lhe repreender, frisando que o
887 mesmo faça as suas colocações, as que queira fazer, ou orientações, mas que não lhe faça repreenda, pois
888 se há alguém que precisa de repreenda em muitas das suas falas é o mesmo, pedindo para o mesmo parar
889 e citando que não fala palavras, que não chama o funcionalismo público de “Geraldinho”, que não fala um
890 monte de asneira perguntando se o pessoal do Tribunal de Contas está tomando ou deixando de tomar
891 alguma droga estragada, pedindo que dessa forma não aceita. O Secretário Moacir pedi para retornarem a
892 Pauta, fazendo a abertura para que o Conselheiro Alecsandro conclua, ao que o mesmo comenta que
893 numericamente quando se fizer o estudo e trazer para discussão Plenária, tem que ser caracterizado a
894 especificidade da Unidade de Urgência e Emergência, pois está lá, existe, estando responsável pelos 120 mil
895 Araponguenses. O Sr. Valter solicita a palavra para explicar o número, dizendo que existe o processo de
896 fiscalização do contrato, sendo que do contrato da HUMANIZA são 150, tendo uma meta para cumprir de
897 atendimentos, que esse número de 250 é a meta mínima a ser atingida, para que não haja desconto do valor,
898 do mesmo jeito que o Ministério da Saúde colocou essa meta mínima de atendimentos, estes colocaram 250
899 como meta mínima, ao que o Conselheiro Alecsandro diz que meta mínima sem a redução de profissionais, ao
900 que o Sr. Valter afirma que não entraram nesse mérito sendo apenas a meta mínima de atendimento. Ato
901 contínuo, o Secretário Moacir retoma a Pauta e diz que são dois fatos distintos, sendo a primeira a discussão
902 do Estudo Preliminar e outra coisa é a votação para abertura do Edital de Chamamento, o que está vinculado
903 a abertura, sendo claro que está ao Estudo Preliminar, se este está concluído ou não, afirmando que não, pois
904 tem ajustes para fazerem, que vão estipular um prazo para tentarem concluir, que outra coisa é que após
905 fechar esse Estudo e for consenso de todos e concordarem com todos os esclarecimentos, que vão aprovar
906 nesta reunião a possibilidade de abertura do Edital, ou não, sendo que é essa votação que precisam fazer
907 hoje, sendo que não estão discutindo a questão dos valores em si, mas que foi feito um orçamento, que
908 servirá para um Estudo Preliminar e esse servirá de parâmetro num futuro edital que será aberto, afirmando
909 que é isso que precisam colocar e votar no Conselho hoje, conforme foi colocado na reunião passada,
910 questiona se podem abrir o Edital para fazer esse processo para a UPA aos moldes do que foi feito no
911 24horas, que então colocaram para votação. O Secretário Moacir faz referência a votação para abertura de
912 Edital e reportando-se para a Conselheira Alzira questiona se a mesma é favorável, tendo como resposta que
913 sim e sem observações. Em continuidade o Presidente Zanatta incia a votação, explicando que é para
914 abertura do Edital para a convocação de Entidades, com fins a terceirização do 24h UPA, do Município de
915 Arapongas, indagando ao Secretário de Finanças se está incluso o PAI e a manutenção dos serviços de
916 radiologia como referência, sendo afirmado que sim, portanto segue a lista de presença dos Conselheiros
917 presentes e questiona ao Secretário e Secretário de Saúde Moacir se o mesmo é favorável, sendo afirmado
918 positivamente por este; Conselheira Elizabeth, favorável; Conselheira Heloísa substituída automaticamente
919 pela Suplente Tânia, favorável; Conselheiro e Presidente do CMS, Eucir Antônio Zanatta, favorável,
920 justificando que apesar que há uma discussão sobre o processo de terceirização e fundamentalmente a
921 discussão em seu entendimento se faz pela questão dos vínculos dos trabalhadores, qualquer preponderância
922 que tivesse se faz pela questão dos vínculos dos trabalhadores, contudo a terceirização do SUS, ou a
923 participação do Terceiro Setor no SUS, é homérica, gigantesca e antiga, se faz através dos vínculos
924 hospitalares, em primeiro lugar, o SUS terceirizou o serviço hospitalar, segundo que o SUS terceirizou o
925 serviço ambulatorial, estando o CISVIR, que é de onde se compra os serviços hoje na área externa
926 ambulatorial, que nesse entendimento e no entendimento que eventualmente esses custos serão menores ao
927 SUS, não a Prefeitura, mas ao Sistema gerar menos custo, este inicialmente e preliminarmente também é

928 favorável, relatando que tiveram muitas dificuldades para enxergar a dinâmica de benefícios que teve a Esper
929 Kallas, pois foi muito oscilante, pois funcionava, fechava, que sabem como está funcionando o serviço lá,
930 sendo inclusive até pelas falas do próprio profissional Alecsandro, médico que tem elogiado e valorizado
931 aquele serviço, de como está lá hoje, apesar das dificuldades que tenha de algum outro serviço e das
932 dificuldades que ainda terão quando da logística do diagnóstico ambulatorial, mas que visualizam que aquele
933 serviço tem um padrão, uma dinâmica diferente dos outros serviços, muitas vezes públicos, que então
934 inicialmente é favorável. Em continuidade com a votação, segue citando, Conselheira Renata, sendo exposto
935 pela mesma que não é favorável nesse primeiro momento, pois ainda está com dúvidas, que precisa ter esses
936 relatórios, que precisa analisar a questão dos profissionais; Conselheiro Sérgio Azevedo, sendo respondido
937 que é contrário no momento; Conselheiro Alecsandro, favorável após a conclusão do Estudo, sendo orientado
938 pelo Presidente Zanatta que a abertura do Edital não significa a aprovação do Estudo, pois este terá que ser
939 melhor qualificado. O Conselheiro Alecsandro questiona se o Estudo pronto não será apresentado ao
940 Conselho, sendo respondido pelo Presidente Zanatta que será, que acredita que terá que fazer uma
941 Extraordinária ou encaminhamento deste alterado, sendo pontuado pelo Conselheiro Alecsandro se não é
942 melhor fazer a votação na Extraordinária se será favorável ou não, depois que for apresentado, ao que o Sr.
943 Valter comenta que existe um fator técnico, que é o concurso de projetos, sendo a etapa 1, qualificação, etapa
944 2, demonstração de interesse, com visita técnica, depois vem o Edital, pois já foi feito a etapa de qualificação e
945 agora terá da demonstração de interesse, comentando que da outra vez foi feito separado, sendo uma lei
946 própria Federal que rege esse regimento, ao que o Conselheiro Alecsandro expõe que a dúvida que tem é que
947 de repente chega no Plenário o Estudo concluído, com os apontamentos do Sindicato dos Servidores do
948 Município, do Sind Saúde, COREN, de todos os Entes que estão, chegando a conclusão que não vale a pena
949 terceirizar e já ter saído o Edital para a próxima etapa, de propor uma Extraordinária na segunda feira,
950 questionando se haverá prejuízo de prazo se deixarem para votar na Extraordinária, sendo respondido pelo
951 Presidente Zanatta que terão que agilizar, pois terão que fazer esse Instrumento destes, da sugestão, finalizá-
952 lo até sexta feira, encaminhando para estes, para que possam entre segunda e terça feira, fazerem alguma
953 coisa, para fazerem uma Extraordinária na quarta-feira, pois na segunda não terão tempo hábil. A Conselheira
954 Iyálòrisá Joilda diz que em seu entendimento o mais exato, como segmento de Usuários fecharem o Estudo
955 para aí fazer a votação. O Secretário Moacir expõe que não quer atropelar o processo mas ratificar a sua fala,
956 dizendo que são coisas distintas, sendo uma coisa se são favorável a abertura do processo do Edital, o que
957 está condicionado a abertura ou não, independente se o valor mudará ou não, se terá todas as adequações
958 que farão e indaga se com tudo isso feito, se são favorável ou não a abertura do processo, que o Conselheiro
959 Alecsandro coloca que talvez possam chegar em um viés que não compense abrir, mas que este defende a
960 tese que essa fase já foi superada, com os orçamentos que chegarão e com o cálculo que se tem hoje da UPA
961 apresentado, que então acredita que esses ajustes que a Conselheira Renata colocou levou em consideração
962 todos os gastos que foram colocados, um ajuste ou outro, mas o próprio concurso de projetos ele será
963 conflitante porque se contrato aquele que tem o menor valor, achando pouco provável chegar a uma confusão,
964 justificando que o estudo da Secretaria de Finanças que foi feito, é justamente para demonstrar que não estão
965 falando de uma coisa que vai precisar de R\$2 milhões e atualmente gastam R\$1 milhão, pois seria inviável,
966 que então os orçamentos demonstraram essa média, o qual viram que tem orçamento de R\$1,2 milhões, mas
967 também tem de R\$2 milhões, e a média chegou a R\$ 1,7 milhão, que só quer defender que são duas coisas
968 distintas, afirmando se podem abrir o edital, mas que jamais será sem esse estudo concluído, expondo que o
969 entendimento é destes, que não atropelará processo algum, que se tiver que ficar mais 10 a 15 dias discutindo
970 isso é o que será pactuado que terão que respeitar, para que estes se sintam parte do processo, que tenham
971 tranquilidade e que esses apontamentos tenham o compromisso de fazer em tempo hábil, pois sabe da rotina
972 de todos, que então tenham o compromisso de reservar um tempo para realmente fazer esses
973 questionamentos como foi colocado, que os Srs. Valter e Juliano estão a disposição para que pudessem ir na
974 Secretaria esclarecer quaisquer dúvidas e acabou não chegando as dúvidas que hoje chegaram, que então
975 precisam assumir esse compromisso para daí sim não terem risco de prejudicar o processo, mas se não puder
976 ser na segunda, que seja na quarta, na quinta que precisam respeitar o tempo que julgarem ser necessário,
977 que respeitará por mais que entenda que esse tempo, as duas semanas foi dado, mas que não atropelará
978 esse processo, pois se o entendimento destes é que tenha essa votação antes de ter o estudo fechado, ou se
979 a maioria achar que primeiro tem que fechar o estudo para fazer a votação. A Conselheira Iyálòrisá Joilda
980 informa que foi colocado na última reunião, só que esse documento chegou a pouquíssimo tempo no grupo,
981 comentando de 02 dias, que então pensa que agora que os Conselheiros se apropriaram para fazer esse
982 debate, que seria importante respeitar esse processo de readequação do estudo, até porque está todo
983 baseado em 2019, as colocações do COREN dos Segmentos e fazer uma coisa com mais segurança, falando
984 em quanto Segmento de Usuários mesmo, Controle Social, sendo uma questão de bom senso, a equipe da
985 Gestão já pode correr atrás e que fez as colocações já estar colocando esse material, a equipe correr atrás e

986 fazerem uma aprovação. O Presidente Zanatta pergunta a Conselheira Renata se a mesma pode ir a
987 Prefeitura durante o horário de expediente, tendo como resposta que sim, até ao 12h00, ao que o Presidente
988 Zanatta comenta que se quisessem agilizar poderiam sentar, amanhã ou na sexta feira. A Conselheira
989 Íyalòrisá Joilda comenta que dá para sair com agendamento das partes de fez as colocações. O Presidente
990 Zanatta pede para que a Conselheira Renata e o Conselheiro Sérgio Azevedo faça o encaminhamento, para
991 que passe a equipe, fazendo lembrança que o expediente da Prefeitura está sendo até as 13h00, mas que o
992 Secretário Moacir e este tem estado a tarde também. O Presidente Zanatta retoma a votação, questionando
993 Conselheiro Antonio Martins, resposta favorável; Conselheira Roseli Martauro, favorável; menciona que a
994 Conselheira Alzira início da votação foi favorável; Conselheiro Marcos Antonio, favorável; Conselheiro
995 Durvalino, favorável; Conselheira Íyalòrisá Joilda, favorável a partir do fechamento do estudo, tendo que haver
996 a análise do estudo; ao que o Presidente Zanatta informa que é a mesma condição que a Conselheira Renata
997 está, com resposta da Conselheira Íyalòrisá Joilda que é a mesma que a Renata, Sérgio Azevedo. O
998 Conselheiro Sérgio Azevedo faz a colocação que já foi vencido, foi aprovado, que pode já colocar a abertura
999 do edital, expondo que já foi aprovado. O Secretário Moacir acredita que é uma questão pactuada e de
1000 compromisso de fazer toda a análise, que reapresentarão por mais que esteja aprovado, pois constará na Ata
1001 a aprovação do Conselho para abertura do edital, que aí entra a aprovação do Conselho, mas de como vai ser
1002 aberto, são coisas distintas, que respeitarão todas as colocações e após o fechamento do estudo com todas
1003 as dúvidas sanadas, pois precisam ter o consenso forte, que estes tem o compromisso de sanar essas
1004 dúvidas, para constar na Ata, em uma reunião extraordinária por mais que esteja aprovada, para aprovação
1005 dos demais e não havendo nada mais a tratar o Presidente Zanatta e o Secretário Moacir agradece
1006 novamente todos os que participaram desta Plenária, dando encerramento a mesma, a qual por degravação,
1007 eu, Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio
1008 Zanatta, em 07 de dezembro de 2023 lavramos a presente Ata.

NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
Moacir Paludetto Junior – Titular – Secretário de Saúde - SEMUS	Gestor	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Heloisa Toledo Volpato – Titular – Irmandade Santa Casa de Arapongas	Prestador	
Tânia Cristina Miquelin Carniceli – Suplente – Irmandade Santa Casa de Arapongas	Prestador	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde	Trabalhador	
Renata Aparecida Cândido da Silva – Titular – COREN	Trabalhador	
Sérgio Donizete de Azevedo – Titular – SISPAMAS	Trabalhador	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SindMed	Trabalhador	

Antonio Martins dos Santos – Titular – ONG Olho D' Água	Usuários	
Salvador Carvalho dos Santos – Suplente – ONG Olho D' Água	Usuários	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Gerson Pizzo – Suplente – APDA	Usuários	
Alzira Maria da Silva Rocha – Titular – Pastoral da Saúde	Usuários	
Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapongas	Usuários	
Durvalino de Almeida Filho – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus - Titular - Entidade Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	
Juliano Rampinelli Beraldi – Secretário Municipal de Finanças	Convidado	
Valter de Lima Junior – Tesoureiro Municipal	Convidado	
Juraci Leandro Junior – Gerência da UPA	Convidado	